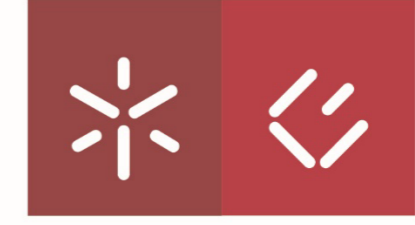


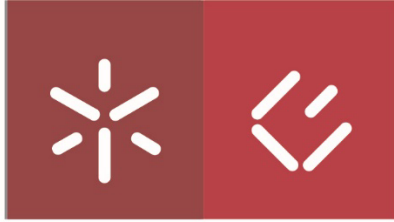


Joana Araújo Vilaça

O efeito Trump e o unilateralismo americano no sistema internacional

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão





Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Joana Araújo Vilaça

**O efeito Trump e o unilateralismo
americano no sistema internacional**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Relações Internacionais

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor José António Passos Palmeira

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgual
CC BY-NC-SA

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

AGRADECIMENTOS

Com a conclusão desta etapa, quero expressar a minha gratidão às pessoas que estiveram ao meu lado durante este percurso.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, pelas palavras de motivação, pelo carinho e por serem o meu pilar, não só agora, mas em todas as fases da minha vida. Não conseguia pedir maior e melhor exemplo.

Agradeço ao meu irmão, por toda a preocupação e pela tranquilidade que me transmitiu em momentos de maior desmotivação.

Ao meu João, pela companhia durante a elaboração do projeto e por todo o apoio incansável, não podia estar mais grata.

Quero agradecer aos meus colegas e amigos, em especial à Joana e à Sofia, que estiveram presentes ao longo deste processo e a quem recorri sempre que precisei.

Por fim, também quero expressar o meu agradecimento ao meu orientador, Doutor José António Palmeira, por acreditar neste projeto, pelas suas sugestões e por me guiar com as suas críticas construtivas.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

O EFEITO TRUMP E O UNILATERALISMO AMERICANO NO SISTEMA INTERNACIONAL

RESUMO

A investigação analisa o unilateralismo durante a administração de Donald Trump e as suas implicações para o equilíbrio de poder no sistema internacional, dando foco ao papel dos EUA na Ordem Liberal Internacional.

Ao longo da dissertação são exploradas as políticas e ações unilaterais americanas em áreas como meio ambiente, acordos comerciais, relações bilaterais e multilaterais. Os tópicos abordados incluem o Acordo de Paris, as relações com a China, as relações com a NATO, o NAFTA, o TPP e o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel. É percebido como é que a decisão de retirada dos EUA de alguns tratados prejudicou a cooperação global, alterou a dinâmica de poder e destabilizou algumas alianças tradicionais.

Outro aspeto examinado é a intensificação das tensões e a Guerra Comercial com a China, e como é que esta guerra contribui para o ambiente de competição económica entre as duas maiores potências mundiais.

Assim, são analisadas as abordagens adotadas pela administração de Trump e a sua preferência pelo bilateralismo.

Neste sentido, é percebido como é que esta abordagem, aliada ao impacto do Brexit e à ascensão de potências, como o caso da China, contribuíram para o declínio da Ordem Liberal Internacional e para a destabilização da comunidade internacional.

Palavras-chave: Donald Trump; Multilateralismo; Ordem Liberal Internacional; Sistema Internacional; Unilateralismo.

THE TRUMP EFFECT AND AMERICAN UNILATERALISM IN THE INTERNATIONAL SYSTEM

ABSTRACT

The research examines unilateralism during the administration of Donald Trump and its implications for the balance of power in the international system, focusing on the role of the US in the Liberal International Order.

Throughout the dissertation, unilateral American policies, and actions in areas such as the environment, trade agreements, bilateral and multilateral relations are explored. Topics covered include the Paris Agreement, relations with China, relations with NATO, NAFTA, the TPP, and the recognition of Jerusalem as Israel's capital. It is seen how the decision to withdraw the US from some treaties has undermined global cooperation, altered power dynamics, and destabilized some traditional alliances.

Another aspect examined is the intensification of tensions and the Trade War with China, and how this war contributes to the environment of economic competition between the world's two largest powers.

Thus, the approaches adopted by the Trump administration and its preference for bilateralism are analyzed.

In this sense, it is perceived how this approach, combined with the impact of Brexit and the rise of powers, such as China, contributed to the decline of the Liberal International Order and the destabilization of the international community.

Keywords: Donald Trump; International System; Liberal International Order; Multilateralism; Nationalism; Unilateralism.

LISTA DE ABREVIATURAS

CIEEUA – Comité de Investimento Estrangeiro dos EUA

EUA – Estados Unidos da América

G20 – Grupo dos 20

GEE – Gases do Efeito de Estufa

JCPOA – Joint Comprehensive Plan of Action

NAFTA – North American Free Trade Agreement

NATO – North Atlantic Treaty Organization

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

TPP – Trans-Pacific Partnership

TTIP – Transatlantic Trade and Investment Partnership

UNFCC –United Nations Framework Convention on Climate Change

USMCA – United States-Mexico-Canada Agreement

WRI – World Resources Institute

ÍNDICE

<i>INTRODUÇÃO</i>	9
<i>BASE TEÓRICA CONCEITUAL</i>	12
<i>ESTADO DE ARTE</i>	13
1.1 - O COLAPSO DA ORDEM INTERNACIONAL LIBERAL	19
<i>II - A CAMPANHA ELEITORAL DE DONALD TRUMP</i>	23
<i>III - OS TRATADOS MULTILATERAIS DURANTE A ADMINISTRAÇÃO DE TRUMP</i>	26
3.1 - A RETIRADA DO ACORDO DE PARIS	26
3.2 - ADMINISTRAÇÃO DE TRUMP E A RENEGOCIAÇÃO DO NAFTA	32
3.3 - O ACORDO DE PARCERIA TRANSATLÂNTICA DURANTE A ADMINISTRAÇÃO DE DONALD TRUMP	35
3.4 - A RETIRADA DOS EUA DA PARCERIA TRANSPACÍFICA.....	38
3.5 - A RETIRADA DOS EUA PLANO DE AÇÃO CONJUNTO GLOBAL	42
<i>IV - AS RELAÇÕES MULTI E BILATERAIS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DURANTE A ADMINISTRAÇÃO DE TRUMP</i>	47
4.1 - AS NEGOCIAÇÕES DA DESNUCLEARIZAÇÃO DA PENÍNSULA COREANA	47
4.2 - AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E A RÚSSIA	54
4.3 - O RECONHECIMENTO DE JERUSALÉM COMO CAPITAL DE ISRAEL.....	60
4.4 - TRUMP E AS RELAÇÕES COM A NATO	64
4.5 - ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E A CHINA: A GUERRA COMERCIAL	70
<i>CONCLUSÃO</i>	75
<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i>	79

INTRODUÇÃO

Durante o mandato de Donald Trump, assistimos a um afastamento dos Estados Unidos da América como líderes da Ordem Liberal Internacional, dando palco a transformações do sistema internacional e margem de crescimento para as potências em ascensão. Uma das características da Ordem Liberal consiste na preferência de relações multilaterais entre os diversos Estados, de modo a manter uma harmonia na comunidade internacional.

A dissertação irá abordar a postura de Donald Trump durante a fase de campanha eleitoral até ao final do seu mandato, analisando assim as suas ações entre 2016 e 2020 e de que modo estas causaram alterações ao equilíbrio do sistema internacional. Tentaremos assim responder à questão “Quais foram as consequências da postura unilateralista da administração de Donald Trump no equilíbrio de poder do sistema internacional?”.

Primeiramente, serão analisadas as ferramentas utilizadas e de que forma a campanha eleitoral de Trump evidenciou, de início, qual a postura do mesmo enquanto presidente. Irá também ser explicitado como é que as circunstâncias americanas facilitaram a propagação dos seus discursos e a importância do slogan de “Make America Great Again” para o delineamento da estratégia adotada. A análise da campanha é relevante não só para perceber a postura de Donald Trump, como também para observar se há coerência entre os seus discursos e as suas ações, já como presidente.

Tendo em conta que a dissertação está a tentar encontrar uma resposta para as consequências da abordagem unilateral, característica da administração de Trump, iremos destacar alguns tratados dos quais os Estados Unidos eram partes integrantes. Neste sentido, a saída do Acordo de Paris, as críticas realizadas ao Tratado Norte Americano de Livre Comércio terão uma posição de grande destaque para sustentar as condutas utilizadas relativamente ao multilateralismo. Na mesma linha de análise, também irá ser dada ênfase à retirada da Parceria Transpacífica.

No que toca às relações bilaterais, iremos salientar alguns aspetos que causaram maior atrito durante a sua administração. Neste caso, as relações com a União Europeia vão ser estudadas em diferentes vertentes, quer na negociação do Acordo de Parceria Transatlântica, como também nas divergências com os seus aliados no contexto Organização do Tratado do Atlântico Norte. Relativamente à União Europeia, ao longo da investigação, iremos tentar perceber quais as reações consequentes das atuações de Trump nas diversas matérias, sendo que os países membros são tradicionais aliados dos EUA.

Podemos demarcar como também um ponto de viragem da política externa dos EUA, a retirada do Plano de Ação Conjunto Global. Esta medida de retirada do acordo refletiu mais uma vez a postura unilateral dos EUA e alterou as dinâmicas diplomáticas dos mesmos para com o Irão, causando tensões globais e regionais, repercutindo-se no papel dos EUA enquanto líder da Ordem Liberal Internacional.

Outros pontos extremamente relevantes a ser mencionados nesta vertente do bilateralismo, são as relações incertas com a Rússia, como é que Donald Trump se diferenciou dos seus antecessores e se ocorreram progressos ou retrocessos na estabilidade diplomática entre ambos os países.

O contributo de Trump para a desnuclearização da Península Coreana é uma matéria pertinente a ser investigada, devido ao facto de ser um tema central junto da comunidade internacional. Os esforços por parte dos Estados Unidos e da Coreia do Norte para alcançar um acordo foram marcados por diversos desafios, quer na vertente diplomática, como na vertente da segurança internacional. Esta questão será desenvolvida na busca de uma conclusão relativamente aos efeitos práticos das negociações e como é que foram geridos os processos na procura por um consenso entre as partes.

Um dos principais pontos de tensão das relações económicas internacionais é a guerra comercial com a China, demarcada por uma postura intensa por parte do ex-presidente dos EUA. Aqui fica evidenciado o conflito entre as duas maiores potências económicas do mundo, as consequências das políticas tarifárias de Trump e quais as facetas deste conflito, nomeadamente as questões das patentes intelectuais e a segurança internacional.

É importante referir, previamente, que as consequências da política de tarifas aplicada pela administração de Trump foram sentidas em variados contextos da política internacional e não só na guerra comercial com a China.

As transgressões de Donald Trump ao direito internacional também foram alvo de debate, quer na sua retirada do Acordo de Paris quer no reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel.

Assim, a análise destes aspetos mencionados, entre outras questões, tem como objetivo tentar perceber a influência de Donald Trump no cenário global e como é que a mudança dos Estados Unidos de impulsionadores do multilateralismo para apologistas do unilateralismo, afetou a comunidade internacional.

Dado que Donald Trump anunciou a candidatura às Presidenciais de 2024, o projeto de investigação ganha uma maior relevância para a atualidade. Será feita assim uma análise abrangente ao seu mandato, aos principais momentos de política externa e como teve consequências no equilíbrio de poder do sistema internacional.

METODOLOGIA

Ao realizar uma dissertação ou um projeto de investigação é necessário formular uma série de passos de modo a manter o cariz científico nos resultados. Deste modo, além de formular o tema, é necessário definir o paradigma, o método e as técnicas utilizadas no processo de investigação. O paradigma é assim definido como “um conjunto articulado de postulados, de valores conhecidos, de teorias comuns e de regras que são aceites por todos os elementos de uma comunidade científica num dado momento histórico” (Coutinho, 2005). É importante referir que a metodologia irá ser definida no sentido das investigações no âmbito das Ciências Sociais e Humanas.

Tendo em consideração o objeto de estudo da investigação, o paradigma adequado para a elaboração da dissertação é o paradigma interpretativo.

O paradigma interpretativo é, assim, identificado com a perspetiva fenomenológica e procura seguir um caminho com base nas vertentes da compreensão, do significado e da ação. Assim sendo, os investigadores procuram recair sobre o objeto de investigação adotando uma postura de compreensão e olhar para as ações sem partir de ideias pré-concebidas.

Sendo o método a forma como demarcamos o processo de investigação, até atingir uma conclusão, é intrínseca a necessidade de aplicação do mesmo numa dissertação, assim, associado a este paradigma, está a utilização do método indutivo. O método indutivo é o método em que “o investigador pretende desvendar a intenção e o propósito da ação, estudando-a na sua própria posição significativa, isto é o significado tem um valor enquanto inserido nesse contexto” (Pacheco, 1993).

Neste seguimento, as técnicas utilizadas para a elaboração da pesquisa serão a análise de artigos científicos, entrevistas, discursos, bibliografia conceitual, livros e documentos oficiais (Coutinho, 2014). As técnicas utilizadas irão ter como resultado uma atualização do tema e, simultaneamente, irão servir para sustentar os dados mais recentes através de conceitos já existentes e viáveis, do ponto de vista científico. Seguindo esta lógica, os dados recolhidos também são de origem qualitativa.

BASE TEÓRICA CONCEITUAL

A teoria das Relações Internacionais, na qual o estudo estará assente, é a Teoria Realista, sendo que a perspetiva desta Teoria das Relações Internacionais destaca a importância do Estado enquanto ator central. Podemos salientar que, sob a perspetiva desta teoria, o principal objetivo da governança é garantir a sobrevivência do Estado Nacional.

Num contexto de perspetiva internacional, onde estejam evidenciadas condições hostis, a prioridade torna-se a aquisição de poder (Santos, Vitor 2009). Em questões de política externa, este objetivo de aquisição de poder torna-se inevitável, isto reflete-se nas políticas aplicadas, onde todas elas são implementadas numa luta pelo poder. O poder também pode ser analisado numa outra vertente, visto que, este não funciona apenas para ser exercido noutros Estados, como também proporciona a capacidade resistir às influências externas preservando os interesses próprios (Evans & Newnham, 1998).

A investigação pretende, deste modo, analisar o mandato de Donald Trump e a postura unilateralista da sua administração, assim como a conotação populista nos seus discursos. Estas características, aliadas ao nacionalismo, podem ser analisadas através da lente da Teoria Realista.

Primeiramente, podemos destacar a centralidade do Estado, tal como foi mencionado, o realismo político reconhece o Estado como ator central nas Relações Internacionais. Ao longo do seu mandato, Trump focou-se em reafirmar os interesses nacionais dos Estados Unidos, implementando políticas que na sua visão estariam a colocar a “America First”.

Podemos, assim, reconhecer, ao longo da investigação, que houve uma tentativa, por parte da sua administração, em atingir uma autonomia em relação aos tratados e acordos multilaterais. Conseguimos aqui, desde logo, reconhecer que os interesses do Estados são fulcrais, estando este princípio em concordância com o realismo.

Podemos realçar que, nos seus discursos, a vontade dos americanos, a segurança e o sucesso económico foram sempre as prioridades, independentemente dos tratados multilaterais.

Assim, de um ponto de vista geral, a investigação segue o exercício de poder num sentido de interesses nacionais, onde conseguimos ter a perceção que a administração de Trump irá colocar os seus interesses, ainda que em detrimento das suas relações com outros Estados.

ESTADO DE ARTE

O principal objetivo desta dissertação é tentar perceber se “Quais foram as consequências da postura unilateralista da administração de Donald Trump no equilíbrio de poder do sistema internacional?”. A relevância deste tema passa principalmente pelo facto de os Estados Unidos da América representarem o papel de potência hegemónica na Ordem Internacional Liberal. Uma Ordem Internacional pode ser definida como um sistema de relações entre estados, mantido por instituições internacionais, sendo que estas instituições podem ser organizações globais, como as Nações Unidas, ou organizações regionais, como a União Europeia.

Assim sendo, é importante realçar que as ordens mundiais são mantidas por grandes potências, países com grande poder económico, militar e político, que acabam por ter um papel importante na criação e gestão das ordens, como é o caso dos Estados Unidos. Os contributos que posso destacar nesta matéria e que salientei na elaboração da investigação foram os de Amitav Acharya, Constance Duncombe, de Tim Dunne, John J. Mearsheimer e de John G. Ikenberry.

Os EUA representam o papel de potência hegemónica desde o final da Guerra Fria e, consequentemente, com o colapso da União Soviética (Mearsheimer 2019; Nye, Jr. 2017).

A Ordem Liberal Internacional está assente em quatro pilares. Em primeiro lugar, era necessária a criação de uma economia internacional aberta a todos e que proporcionasse condições que a permitisse ser inclusiva. Em segundo lugar, procurava incentivar os Estados a cooperarem, sendo isto possível com o recurso a instituições e negociações multilaterais. A promoção da democracia é algo que possui similarmente uma extrema relevância, representando também um dos pilares. Por fim, é importante acrescentar que, os valores liberais são a base pela qual se rege a ordem (Acharya 2017; Mearsheimer 2019).

A dissertação procura perceber se as opções políticas da administração de Donald Trump causaram consequências no sistema internacional, tornando o projeto de investigação relevante, principalmente devido ao papel dos EUA na comunidade internacional. Aquilo a que assistimos, durante o mandato do ex-presidente dos EUA, é uma autodeterminação da soberania e escolhas realizadas no sentido dos interesses nacionais. Estas características da administração de Trump entram, então, em choque com os princípios da Ordem Liberal Internacional. Isto é sustentado por Duncombe e Dunne (2018), por Mearsheimer (2019), por Nye, Jr. (2017) e por Ikenberry (2018).

Peter Van Ham (2018) afirma que o afastamento dos EUA do seu papel como potência hegemónica gerou condições favoráveis para potências em ascensão, como o caso da China.

Relativamente a esta questão, Sanja Arežina (2019) salientou questões da guerra comercial entre os países, demonstrando as consequências económicas para o comércio dos EUA e da China, resultantes das tensões existentes.

Posto isto, a postura unilateralista de Donald Trump foi denotada por diversos autores e em temáticas diferentes. O seu mandato foi um acontecimento recente e de modo a conseguir sustentar a minha pesquisa, a revisão de literatura deteve da consulta de vários discursos e de notícias sobre acontecimentos específicos. Aquilo que foi percecionado é que, a análise dos autores não se foca em questões práticas da política externa americana e como é que esta pode ou não afastar os EUA dos princípios liberais, a investigação ganha relevância ao destaque de diferentes fenómenos, quando relacionados com o contributo já realizado pelos autores anteriormente mencionados.

Neste sentido, podemos também destacar os autores Johannes Urpelainen e Thijs Van de Graaf (2018), assim como Helena Margarido Moreira e Jefferson dos Santos Estevo (2018). Estes autores abordaram o processo de retirada do Acordo de Paris e comprovam em termos práticos o unilateralismo da administração de Trump nesta matéria. No entanto, também é analisada a posição enraizada dos Estados Unidos perante questões de combate às alterações climáticas. Nordhaus e Trembath (2017), referem as diferenças entre republicanos e democratas na predisposição a negociações no combate às negociações climáticas, sendo que os democratas transparecem uma maior abertura para colaborar que os republicanos. Por sua vez, Richard Pavone (2018) realça a dificuldade das partes integrantes do Acordo de Paris em sancionar os Estados Unidos, não colocando de lado a tensão causada pela sua saída.

Recaindo sob a vertente económica, Klaus Larres (2020) destaca a nomeação de Robert Lightizer como representante comercial, sendo este protecionista, quer na parte económica, quer nas relações comerciais no mercado internacional. Por sua vez, Dika Novitasari e Devita Prinanda (n.d), realçam as políticas tarifárias aplicadas pela administração de Trump, que mais uma vez sustentam o protecionismo da então administração dos EUA. As novas políticas tarifárias aplicadas pelos EUA, tal como é explicitado pelos autores, tornaram-se um entrave ao processo de negociação do Acordo de Parceria Transatlântica.

Ao sustentar o afastamento dos tratados multilaterais, por parte dos EUA, analisamos o processo de renegociação do Tratado Norte Americano de Livre Comércio, ou como será mencionado, o NAFTA (a sigla em inglês). Dentro deste tema, foram analisados autores como Maria Lima, Luiz Silva e Ícaro Melo (n.d), que clarificam que o NAFTA era uma das causas dos problemas económicos americanos. Além disso, os autores exploram as contribuições do tratado para as trocas comerciais entre os três países e

a promoção do desenvolvimento económico dos mesmos, demonstrando que o crescimento não foi significativo, o que sustenta um dos motivos para a renegociação.

Neste sentido, os autores exploram as expectativas americanas e colocam em comparação com os resultados do tratado.

Ainda relativo aos tratados multilaterais, Márquez De La Rubia (2018) aborda a importância da Parceria Transpacífica na economia global e da adesão dos EUA, referindo também a questão geopolítica e como é que, mais uma vez, a parceria não correspondeu aos interesses americanos. O autor contextualiza como é que, à luz da política americana, foram analisados os benefícios da parceria para os Estados Unidos e demonstra que, tanto democratas como republicanos, partilhavam de uma postura coincidente, relativamente à retirada dos Estados Unidos.

A retirada dos Estados Unidos do Plano de Ação Conjunto Global foi o exemplo de uma outra medida unilateral que afetou a estabilidade global. Akdoğan e Adigüzel (2022), demonstram como é que a adoção da estratégia de “pressão máxima”, que resultou na retirada do acordo, causou um aumento nas tensões regionais do Médio Oriente.

Dan Smith (2019), diretor do Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo, acrescenta que a retirada do JCPOA conduziu à diminuição de credibilidade por parte dos EUA e ainda realçou a falta de consistência nas questões que envolvem o Irão. Perdendo a liderança moral, enquanto potência hegemónica.

Desta forma, os tratados e parcerias multilaterais foram observados de modo a comprovar a preferência por negociações bilaterais e a perceber coerências na postura da administração americana durante o período do mandato de Trump.

É, então, também importante debruçar sob as relações bilaterais com outros países. Um dos momentos de maior destaque, durante o período de presidência de Donald Trump, foram as conversações com a Coreia do Norte sobre a desnuclearização da Península Coreana.

Luis Conesa (2019) contribui para esta temática realçando várias matérias, abordando a questão da “paciência estratégica” aplicada durante o mandato de Barack Obama, assim como nos apresenta a perspetiva da Opinião Pública norte-americana e os seus receios em torno da possibilidade de um ataque por parte da Coreia do Norte. Neste sentido, percorre momentos de diplomacia entre os dois chefes de Estado e sublinha os passos dados nos processos de negociação para a desnuclearização da Coreia do Norte.

Ao recairmos nas relações com a Rússia, podemos destacar o contributo da autora Abigail Abrams (2019). Abrams salientou a importância da investigação em torno da alegada interferência russa

nas Presidenciais Americanas de 2016 e como é que esta contribuiu para os altos e baixos das relações dos Estados Unidos com a Rússia.

Com o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel, os Estados Unidos reafirmaram a sua posição relativamente à aplicação de políticas em prol dos interesses nacionais, Rashid Khalidi (2018) explicitou como esta medida ia contra a política doméstica americana, nesta matéria, o autor sustentou as suas afirmações com resoluções aplicadas pelo Conselho da ONU e com a posição demonstrada por administrações americanas antecedentes.

Relativamente às preferências por negociações bilaterais, por parte da administração de Donald Trump, Benjamin Schreer (2019) aborda as críticas realizadas pelos EUA relativamente à NATO, assim como o desinteresse em negociar com a União Europeia, o que é importante para complementar o objetivo principal do desenvolvimento da dissertação.

As questões escolhidas para a análise foram destacadas com o propósito de aprofundar diferentes temas que, quando observados de uma perspetiva geral, conseguem formular uma resposta à pergunta de investigação. Os contributos analisados foram em relação a questões concretas e não analisaram a postura da administração como um todo.

Quando iniciamos a análise do papel dos EUA como potência hegemónica na Ordem Liberal Internacional é, principalmente, para perceber a importância dos mesmos enquanto potência para a manutenção da própria Ordem. Desta forma, conseguimos compreender o impacto que as políticas unilaterais americanas, durante a administração de Trump, tiveram no sistema internacional. Consequentemente, ao colocar em perspetiva os pilares que sustentam a Ordem Liberal, conseguimos também entender em que aspetos é que a postura da administração de Trump seguiu um rumo oposto.

O destaque dado aos tratados multilaterais e parcerias multilaterais serve como forma de demonstrar como é que as políticas aplicadas durante a administração de Trump prejudicaram o afetaram esses mesmos tratados e quais as implicações geopolíticas.

Além disso, em variados momentos, é feita uma análise às relações entre os EUA e a União Europeia, de modo a tentar perceber se ocorreu uma destabilização das dinâmicas entre os americanos e os seus aliados tradicionais.

Posto isto, o projeto de investigação torna-se relevante, visto que, na perspetiva das relações internacionais, ao analisar variadas frentes de atuação da política americana conseguimos concluir de que modo é que uma postura mais centrada no unilateralismo poderia causar tensões e instabilidade na comunidade internacional.

O objetivo passa, também, por tentar perceber se a preferência pelas relações bilaterais e se a priorização dos interesses nacionais se aplica nas diferentes matérias que irão ser analisadas. É ainda importante analisar os principais momentos da política externa da administração de Trump, visto que, com a sua recandidatura às eleições de 2024 a incerteza relativamente ao papel dos Estados Unidos torna-se maior, tendo em conta que surgiram novos conflitos que abalaram a estabilidade da segurança internacional.

I - O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS NA ORDEM LIBERAL INTERNACIONAL

Com o final da Segunda Guerra Mundial podemos observar uma série de alterações na Política Internacional. Primeiramente, conseguimos observar que os Estados se tornaram mais cooperantes, de modo a evitar cometer os mesmos erros do passado. Assim, com a criação da Organização das Nações Unidas, os Estados conseguiram formular uma base de cooperação com o objetivo de manter a paz e reforçar a segurança a nível internacional.

A emergência dos EUA como grande potência ocorre, inicialmente, num contexto de uma Europa destroçada. Pós-Segunda Guerra mundial, a Europa tinha sido bastante afetada em perdas humanas e materiais, aliadas a uma enorme instabilidade política, social e económica, criando um aumento das condições para a apresentação dos EUA como grande potência.

Porém, o período demarcado pelo final da Segunda Guerra Mundial é um período em que verificamos uma divisão bipolar do mundo. Tal como os EUA, também a União Soviética se começa a afirmar como grande potência, passando assim a ocorrer um conflito entre ambas, a Guerra Fria. Apesar da rivalidade entre as potências, acabamos por testemunhar uma vitória por parte dos EUA, consequente da sua vitória assistimos à criação da ordem internacional liberal, liderada pelos mesmos.

Assim, iremos percorrer a contextualização do surgimento da ordem internacional liberal, o papel das organizações internacionais, as variadas perspetivas dos diferentes autores, que recaem não só na viabilidade da sua criação como nos desafios que esta tem enfrentado.

Podemos denotar, que de uma forma generalizada, há um consenso que demonstra que atualmente estamos a assistir, em certa medida, a uma transição de poder, tendo como consequência a alteração da própria ordem internacional liberal. É importante ter em conta que a criação da mesma foi assente num Estado no papel de superpotência. Assim, ao assistirmos ao declínio desse mesmo Estado e, em contrapartida, à emergência de novas potências, a ordem internacional liberal irá acusar enfraquecimento (Ikenberry 2018).

É clarificado pelos académicos que há uma divergência relativamente ao sucesso expectável da ordem internacional liberal, se por um lado determinados autores defendem que o colapso da ordem resultou de um conjunto de ocorrências, outros afirmam que o processo da própria criação iria conduzir a um fracasso. Porém, há uma concordância no que toca ao facto de atualmente se encontrar em colapso. Acontecimentos como a crise de 2007/2008, a emergência de novas potências (como o caso da China), a eleição e, posteriormente, a presidência de Donald Trump e o reaparecimento de ideais populistas na Europa, são destacados como fatores que levaram ao estado de decadência que a ordem

internacional liberal se encontra. Deste modo, recaímos sobre dois principais aspetos em que a ordem liberal está a ser colocada em causa, sendo o primeiro uma crise de autoridade e o segundo a “ascensão do resto” (Duncombe, Constance e Tim Dunne 2018)

Para efetuarmos uma análise da evolução da ordem internacional liberal até à sua decadência é necessário, primeiramente, esclarecer aquilo que entendemos como “ordens” e o porquê da sua relevância.

Mearsheimer (2019), explicita que uma ordem é um grupo organizado de instituições internacionais que auxilia no que toca a como governar as interações entre os Estados Membros. Para além do facto de orientar os Estados a que a esta pertencem, também os auxilia a lidar com Estados Não-Membros. As ordens são assim cruciais para o sistema internacional moderno porque acabam por gerar as relações entre os Estados num mundo interdependente.

Admitindo que as ordens internacionais são, portanto, constituídas por instituições é relevante referir que estas podem ser classificadas consoante a sua abrangência, podendo ser esta regional ou global. Para serem ordens internacionais é necessária a pertença de todas as grandes potências e, para além disso, é necessário que estas demonstrem preocupação em promover a cooperação entre os Estados.

1.1 - O COLAPSO DA ORDEM INTERNACIONAL LIBERAL

É de consenso que, atualmente, o mundo está a presenciar uma transição de poder e há discordância relativamente às consequências que esta alteração poderá trazer à ordem internacional liberal (Inkenberry 2018). Tendo em conta que a atuação dos Estados Unidos, enquanto ator principal na progressão da ordem, se revelou em diversos casos como contrária aos valores liberais, tanto em termos práticos como de retórica podemos referir que estamos perante uma crise de autoridade. Esta crise de autoridade, aliada à ascensão de novas potências, passam a constituir os dois pontos fundamentais do desafio que a ordem internacional liberal está a sofrer.

Segundo vários autores, a eleição de Donald Trump, e conseqüentemente o seu mandato, resultaram numa fragilização da ordem internacional liberal, sendo a própria eleição um reflexo do descontentamento por parte da população americana resultante do regime liberal do comércio. É clarificado que os salários médios americanos estagnaram nos últimos 25 anos e, assim, podemos observar que um número significativo de cidadãos não foi favorecido (Duncombe and Dunne 2018).

A administração de Donald Trump é, não só um resultado de descontentamento, como também trouxe consequências para a ordem internacional liberal, sendo caracterizado por discurso populista constante, tanto durante a sua campanha como no seu mandato. Outra característica que está presente na atuação de Trump, enquanto presidente, passa pelo seu claro afastamento do multilateralismo, com várias opções políticas feitas pelo mesmo.

Para além do contexto americano, se recairmos sob a Europa ficamos perante uma situação também fragilizada, visto que, com o Brexit vemos um recuo da democracia liberal (Duncombe and Dunne 2018).

Assim, ficamos cientes que a ordem internacional liberal não pode depender dos EUA, visto que, denotamos um afastamento do multilateralismo e não cumpre com os valores liberais da ordem.

Tendo em conta as circunstâncias causadas, em parte, pelas atuações dos EUA, é importante tentar perceber qual seria a relevância das potências emergentes.

Primeiramente, é afirmado por Inkenberry (2018) que os planos direcionados para a integração da China e da Rússia não foram cumpridos. Segundo o autor, a tentativa de integração apenas resultou num reforço dos seus sistemas autoritários e, conseqüentemente, num desrespeito pelas normas do estrangeiro.

Com o aumento das posições populistas e nacionalistas, tanto na América, como também na Europa, percebemos que os próprios patronos da ordem internacional liberal proporcionaram uma decaída do sistema da ordem internacional global. Esta mentalidade nacionalista começou, assim, a surgir um pouco por todo o mundo, resultando num clima de desconfiança em relação às instituições internacionais e à globalização, olhando para as mesmas como uma ameaça à soberania dos Estados (Inkenberry 2018).

Deste modo, começamos a assistir a um ressurgimento da Rússia como uma superpotência e a uma emergência da China como segunda maior força da economia mundial.

Segundo Inkenberry (2018), os Estados que neste momento se encontram em ascensão conseguem retirar benefícios e expõem interesse na ordem internacional liberal. O autor afirma que o principal parâmetro de interesse destes países é a nível económico, admitindo que a ordem lhes proporciona igualdade e algum protecionismo. Para além dos benefícios que a ordem internacional liberal pode trazer aos países emergentes, o autor também afirma que a possibilidade da formação de uma ordem concorrente, por parte da China, teria custos demasiado elevados.

É importante, porém, lembrar que os fatores que estão a contribuir para o colapso da ordem internacional liberal não passam apenas pela emergência da China e da Rússia.

Com o Brexit, a Europa deparou-se com um problema na integração planejada pelo próprio projeto da União Europeia. De outro modo, a Europa tem também lidado com uma fragilização das suas democracias liberais, com o crescimento, um pouco por todo o continente, da extrema-direita e dos discursos populistas, que ainda foram aliados a uma “problemática” de imigração resultante da crise dos refugiados.

Como já foi anteriormente mencionado, uma das bases da construção da ordem internacional liberal passava pela promoção das democracias liberais. No entanto, apesar de ser um dos objetivos da ordem, a promoção de democracias liberais a nível internacional é bastante complexa. Primeiramente, há uma grande dificuldade em definir um sistema político como o melhor, devido às distintas circunstâncias dos variados Estados, por outro lado, a interferência de outros países pode gerar um aumento do nacionalismo derivado de uma postura protecionista (Mearsheimer 2019; Duncome and Dunne 2018).

Assim, podemos ter a percepção que o surgimento do nacionalismo vai para além dos países onde se tentam implementar as democracias liberais e abrange também os países onde esta já está em funcionamento. Admitindo que, tal como já foi referido, a ordem internacional liberal engloba uma série de instituições internacionais, instituições essas que acabam por influenciar as atuações do Estado. As instituições detêm de um certo tipo de poder sob os Estados, poder que os mesmos atribuíram, acabando por colocar uma questão em torno da soberania e despertando os interesses nacionalistas (Mearsheimer 2019).

O crescimento do nacionalismo pode ser apontado como uma consequência do aumento das imigrações dos refugiados, dando origem a um crescente sentimento de anti-imigração que, como foi anteriormente referido, tem vindo a crescer na Europa. Esta crise é resultado das guerras do Médio Oriente, que obrigaram a movimentação um grande número de pessoas que buscam melhores condições, entrando assim pelo Sul da Europa muitas vezes de forma ilegal. O Brexit e a campanha, com cariz anti imigratório, de Donald Trump demonstram um sentimento cada vez mais nacionalista.

Com as posturas da Europa e dos EUA viradas para o nacionalismo, populismo e até para o crescimento da extrema-direita, denotamos que há um afastamento para com a ordem internacional liberal, por outro lado, como já foi explicitada, a posição da China vai num sentido diferente. Podemos afirmar que a China procura uma maior integração na ordem, ao invés de se afastar devido ao colapso evidente, a China procurou apoiar a continuidade da mesma. Tal como o caso chinês, também outras potências emergentes procuram beneficiar ainda mais daquilo que a ordem lhes poderá oferecer, ou seja, uma maior integração e conseqüentemente mais influência (Ikenberry 2018).

O futuro da ordem continua a ser uma incógnita, no entanto os autores tentam prever o seguimento que esta irá ter. Ikenberry (2018) afirma que com o colapso e o afastamento dos EUA e da Europa estamos a assistir a uma transição de poder para com as potências emergentes, sendo que não prevê um fim propriamente dito da ordem internacional liberal. Por sua vez, Mearsheimer (2019) refere que irá ocorrer uma alteração do sistema internacional liberal, na medida em que sistema deixa de ser unipolar e passa a ser multipolar, devido à afirmação da China e da Rússia. Duncombe e Dunne (2018) referem que a “ascensão do resto” irá dar continuidade à ordem internacional liberal.

II - A CAMPANHA ELEITORAL DE DONALD TRUMP

Ao analisarmos toda a postura e os principais momentos da atuação de Donald Trump, podemos afirmar que este demonstrou ter uma postura provocadora, causando influência no reaparecimento de discursos de extrema-direita na Europa, no Brasil e até a sua influência no Brexit.

Iremos assim analisar de que forma é que Donald Trump demonstrou coerência, em relação à sua campanha eleitoral, durante a sua administração, tornando a análise da campanha eleitoral pertinente. Uma das questões em que conseguimos salientar, desde já, são as questões relativas à imigração (Martin, 2017). A posição realista demonstrada pelo antigo presidente dos EUA ficou clara nesta temática, sendo que, o seu discurso era notoriamente anti-imigração, tendo o mesmo levantado sérias questões relativamente à parte da população que provinha do México. Além dos ataques constantes aos imigrantes da América Latina, também podemos destacar aspetos discursivos de Trump que são inegavelmente ataques à população de origem islâmica ou de países islâmicos o que, de um ponto de vista internacional, foram afirmações que causaram tensão generalizada.

Iremos seguidamente recair sob campanha de Donald Trump em 2016 e quais os pontos em que notamos maior impacto, focando nas afirmações realizadas por Trump e como estas revelaram de forma prematura a influência que, o na altura futuro presidente dos EUA, teria nas relações e no contexto internacional.

Primeiramente, é necessário esclarecer que apesar da vitória de Trump ter sido um desfecho inesperado das eleições americanas de 2016, a realidade é que, devido às mudanças sociais e o fraco crescimento económico dos EUA, estávamos perante uma onda de desagrado generalizada por parte do eleitorado norte-americano. Esse descontentamento acabou por, de certa forma, ir ao encontro da abordagem mais conservadora e tradicionalista adotada por Trump e bem clarificada no slogan da sua campanha, “Make America Great Again”, slogan esse que “promete justamente restaurar os alicerces dessa mundividência (uma América gloriosa e hegemónica), o que se torna muito atrativo para certo tipo de eleitores” (Gomes André, 2016). Todos estes fatores tornaram Trump numa figura que poderia ocupar o cargo de presidente dos EUA, mesmo que os seus discursos aparentassem ter um fraco conteúdo e ideias associadas à extrema-direita, sendo os mesmos relacionados com ideais machistas, xenóforas e repletos de intervenções provocatórias. No entanto, todas as características mencionadas resultaram, como foi clarificado nos resultados eleitorais, numa aproximação de Trump, enquanto candidato, com o eleitorado (Gomes André, 2016).

Neste seguimento, apesar das campanhas eleitorais americanas não serem focadas em possíveis propostas para os mandatos, há sempre temas que devem ser mencionados, nomeadamente a Justiça, Saúde, Economia, Política Externa e Imigração. Podemos então afirmar que os seus ideais nestas temáticas iam de encontro aos ideais que sustentavam o Brexit, resultando num apoio ao mesmo e criando conseqüentemente um ambiente de hostilidade para com a União Europeia (Freedman, 2018). Deste modo, alguns líderes europeus avaliaram o “Efeito Trump” e o Brexit, como parte do mesmo fenómeno, tendo em conta a proximidade temporal de ambos os acontecimentos, levando a UE a questionar de que modo é que Trump e a saída do Reino Unido podem afetar a segurança europeia.

Durante a campanha, Donald Trump deixou também clara a sua posição relativamente às prioridades que iriam estar na base das suas propostas, nomeadamente os interesses dos EUA e o isolacionismo americano. No que toca à política externa, assistimos a uma rejeição e a uma grande crítica do multilateralismo, criticou o NAFTA (acordo entre os EUA, o Canadá e o México), a viabilidade da NATO, o TTIP, mesmo estando este em fase de negociação,

Relativamente à sua política de imigração, a questão mais abordada passou pelas propostas de Trump para a resolução da imigração ilegal, tendo dado um maior ênfase aos imigrantes de origem mexicana. Trump delineou um discurso em que salientava os perigos que, na sua perspetiva, eram representados pelos mexicanos, acusando os mesmos de serem traficantes, violadores e culpados de crimes violentos (Martin, 2017). Frisou, ainda, que as taxas de atentados terroristas demonstravam que estes eram cometidos por imigrantes ou por filhos de imigrantes, isto sem sustentar factualmente as suas insinuações, apenas usando este tipo de retórica agressiva e xenófoba como parte do seu discurso populista.

Além dos ataques diretos aos imigrantes, Donald Trump apresentou como solução à imigração ilegal a construção de um muro na fronteira entre o México e os Estados Unidos da América, muro esse que, segundo o antigo presidente dos EUA, iria ser financiado pelo salário de imigrantes ilegais e pelo próprio Governo mexicano (Martin, 2017). Esta afirmação causou bastante discórdia ao nível internacional, tendo em conta toda a postura de Donald Trump. Do ponto de vista das relações internacionais, podemos ainda mencionar que o México é o terceiro maior parceiro comercial dos EUA, o que demonstra que as negociações bilaterais não tiveram qualquer relevância na formulação do seu discurso.

Analisando os factos salientados, podemos concluir que, a postura de Trump enquanto presidente era expectável, tendo em conta que, durante a sua campanha eleitoral, sempre demonstrou

que colocaria, não só, sempre os interesses dos EUA é primeiro lugar, como também iria encaminhar as políticas internacionais americanas num sentido mais unilateralista.

Trump demonstrou um desinteresse generalizado relativamente às consequências que o seu discurso poderia ter junto da comunidade internacional.

A retórica utilizada em questões como a da imigração demonstra uma despreocupação face a parceiros de tratados internacionais, como se revela na parceria americana com o México. É importante referir que, a problemática está assente não só no conteúdo das críticas realizadas, mas também na forma como o discurso foi proferido. Tudo isto está intrinsecamente ligado à maneira como Donald Trump aplicou o discurso populista, tornando-o apelativo às massas, demonstrando uma postura simplista e crua, diferente daquilo que estamos usualmente habituados, por parte de políticos, mais especificamente de políticos americanos (Drezner, 2020).

Ao analisarmos a campanha de Donald Trump no ano de 2016 podemos perceber que as redes sociais tiveram um importante papel na difusão dos seus ideais e na dinâmica da própria mobilização de eleitorado. Uma das consequências negativas que pode ser destacada durante esta fase foram as Fake News, na tradução em português, Notícias Falsas, que começaram a tornar-se uma constante neste cenário (Silverman, 2016).

O papel do Twitter durante a campanha de Trump e, posteriormente, durante o seu mandato foi extremamente relevante, ainda que Hillary Clinton também tenha recorrido à mesma rede social, foi a forma como Donald Trump a utilizou, que nos deu um novo tipo de comunicação política. Donald Trump, tanto durante a campanha como na sua administração, adotou uma postura irresponsável, no sentido em que usufruiu da mesma rede social para se expressar alimentando hostilidades, como no caso da NATO ou da própria União Europeia. Por outro lado, acabou por agradar os seus apoiantes porque transpareceu uma imagem de desinibição e de falta de receio em demonstrar as suas opiniões.

Apesar de causar um contrassenso, na grande maioria das vezes em que este publicava algo polémico, a realidade é que, a sua influência na opinião pública, mesmo que a curto prazo, se tornou bastante significativa, criando debates através da propagação de informação, falsa ou não, consolidada apenas num máximo de 280 caracteres.

III - OS TRATADOS MULTILATERAIS DURANTE A ADMINISTRAÇÃO DE TRUMP

As negociações multilaterais sempre foram motivadas pelos Estados Unidos da América desde que estes se tornaram a potência da Ordem Mundial Liberal, ainda que variasse consoante as administrações dos variados presidentes.

Aquilo que irá ser analisado é a postura da administração de Donald Trump, em relação ao multilateralismo e como este demonstrou a preferência por negociações bilaterais e por uma postura comercial mais protecionista. Vão ser analisados diferentes tratados e acordos, tanto em vigor, como também em fase de negociação, com a finalidade de retirar alguma conclusão sobre se a postura de Trump foi, de certo modo, padronizada e como é que isto prejudicou os Estados Unidos, enquanto potência da Ordem Liberal.

3.1 - A RETIRADA DO ACORDO DE PARIS

O Acordo de Paris foi o primeiro tratado multilateral do século XXI. Este tratado abrange 195 países, sendo um número maior de envolvidos comparativamente ao Protocolo de Quioto, protocolo este que precedeu as negociações relativas às problemáticas ambientais.

Assistimos a uma inclusão de países com economias emergentes, dando uma especial relevância ao interesse por parte da China em combater os impactos negativos do seu país, quer no sentido ambiental quer no sentido de saúde pública.

Assim sendo, a inclusão da China e da Índia no Acordo de Paris tornou-se bastante relevante para o reconhecimento da emergência climática, visto que, estes países revelam ser países com economias emergentes, de rápido crescimento, como também acabam por ser afetados, mesmo em contexto nacional, por questões de poluição devido a esse mesmo desenvolvimento. Deste modo, o papel dos EUA é igualmente relevante, tendo em conta que ocupa um lugar de potência juntamente com a China, criando uma base geopolítica do Acordo.

É importante referir que a dimensão das produções norte-americanas clarifica que o apoio dos Estados Unidos da América para a redução dos Gases do Efeito de Estufa (GEE) é crucial. Os EUA para além de representarem um papel de uma das maiores economias mundiais também ocupam o lugar de um dos maiores emissores de GEE. No ano de 2013, as emissões norte-americanas representaram 13,7% do valor total estimável (WRI, 2017)), sendo a sua participação de extrema relevância.

A participação dos EUA no Acordo surge durante a administração de Barack Obama, que durante a sua efetividade de funções se demonstrou preocupado e consciente com o impacto ambiental das suas políticas. A posição americana relativamente a esta temática acabou por servir de estímulo para a negociação multilateral que resultou na conceção do Acordo de Paris.

Tornou-se claro um compromisso por parte da sua administração para reduzir a emissão de CO₂ de 28% para 26%, como também demonstraram intenção de reduzir a emissão de gases de efeito de estufa de modo a contribuir para a redução do aquecimento global (Urpelainen & van de Graaf, 2018). Por outro lado, durante este mesmo mandato assistimos a um compromisso de financiamento, em que os EUA se propuseram a contribuir em 3.000 milhões de dólares para o Fundo Verde do Clima, que está intrinsecamente ligado ao Acordo de Paris.

Durante o período da sua ocupação no cargo de presidente dos Estados Unidos, podemos assistir a um conjunto de medidas em prol da diminuição dos índices de poluição. Podemos então afirmar que, a sua administração foi pioneira no que toca ao estabelecimento de padrões de emissão de carbono ao nível nacional. “O Plano de energia limpa fornece aos Estados ferramentas flexíveis e económicas para reduzir a poluição de carbono em 32% em relação aos níveis de 2005 até 2030, evitando milhares de mortes prematuras e dezenas de milhares de ataques de asma na infância, reduzindo os poluentes perigosos” (Machado, 2018).

Para além das medidas implementadas também podemos realçar que o discurso de Obama apelava à cooperação dos vários países para um fim comum, no sentido em que, sempre foi claro em relação ao rumo que tencionava tomar nas questões ambientais. Facilmente conseguimos retirar que o mesmo sublinhou a importância do Acordo, abordando sempre a relevância da China no processo.

Os objetivos delineados no Acordo de Paris, segundo os discursos de Obama, só seriam possíveis de alcançar se assentes no multilateralismo, visto que, todo o processo passa por uma colaboração dos vários países e é um processo cujos resultados só podem ser observados a longo prazo.

Posto isto, demonstrou que os EUA iriam investir em energias renováveis, nomeadamente energia eólica e solar, criando consequentemente empregos neste setor.

Podemos sublinhar que a postura americana face à necessidade de atuação relativa à emergência climática variou consoante a administração dos diferentes presidentes.

Neste sentido, é clarificado que os democratas se demonstraram mais compreensivos perante a necessidade de atuação, contrariamente aos apoiantes republicanos. Esta postura foi muitas vezes demonstrada, visto que, a política doméstica do Partido Republicano em relação ao processo multilateral e às negociações ambientais implicaram a não ratificação de vários tratados ambientais (Nordhaus &

Trembath, 2017). Dentro dessas negociações podemos destacar a Convenção Montego Bay sobre o Direito do Mar, Convenção de Basileia sobre o Controlo dos Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Eliminação, Convenção sobre a Diversidade Biológica, Protocolo de Quioto. Relativamente à Convenção sobre a Diversidade Biológica, o então presidente dos EUA, Bill Clinton, veio a assinar o tratado, ainda que o Senado tenha impedido a sua ratificação (Blomquist, 2002).

É importante referir que, o Partido Republicano sempre apresentou uma perspetiva mais cética em relação aos problemas climáticos do que o Partido Democrata. Porém, a forma como Donald Trump realçou o seu ceticismo e de certa maneira até uma postura negacionista revelou-se, mais uma vez, polémica e perigosa para a forma como o Acordo poderia ser eficaz depois da retirada dos Estados Unidos. Ainda assim, é sempre importante lembrar o enraizamento da postura partidária nas políticas ambientais, como irá posteriormente ser exemplificado. Relembrando ainda, que uma parte significativa do eleitorado republicano acompanha esta linha de pensamento.

Torna-se conclusivo que a sua postura em relação às medidas protecionistas do clima coincide com a opinião dos principais apoiantes republicanos que priorizam a economia americana, assim como a postura isolacionista dos EUA face aos acordos multilaterais que abordavam as questões ambientais, realçando a rejeição por parte do Senado do Protocolo de Quioto (Royden, 2002). Com a sua tomada de posse, os receios da não cooperação americana no Acordo tornaram-se reais.

Durante a sua campanha eleitoral, Donald Trump revelou de forma bastante esclarecedora que a sua posição face à emergência climática estava revestida de um ceticismo e de uma despreocupação bastante marcada, rejeitando por consequência a necessidade do Acordo de Paris. Foi clarificado que, durante o seu mandato, os EUA não iriam liderar o combate às problemáticas do clima. É importante ter consciência que esta postura não coincidia com aquilo que assenta no Acordo de Paris.

No Acordo podemos notar que foram delineados objetivos para a redução de CO₂, objetivos esses que, apesar de não serem dotados de obrigatoriedade, estão associados à boa-fé de cada Estado aderente. Para além do ceticismo do antigo presidente americano outro dos motivos que contribuiu para a saída dos EUA do Acordo de Paris foi o facto de o Acordo representar um impedimento burocrático para o desenvolvimento da indústria americana e, conseqüentemente, afetando a economia dos Estados Unidos. Aos olhos de Donald Trump, as restrições às emissões de CO₂ para além de prejudicarem os EUA, beneficiavam economias emergentes, como é o caso da China e da Índia, que apesar de integrarem o Acordo, poderiam beneficiar com os resultados das medidas impostas aos mesmos.

Assim, desde logo, conseguimos retirar que esta postura demonstra que, para além de Trump explicitar um desinteresse no que toca à matéria ambiental, também coloca as negociações multilaterais

em segundo plano face aos interesses económicos e nacionais dos Estados Unidos. Porém, ainda que a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris tenha sido efetivada durante a administração de Donald Trump, a realidade é que os EUA detêm de uma postura que prioriza os interesses económicos e nacionais mesmo que sejam prejudiciais para o clima.

Esta posição por parte da administração americana não é então algo novo. Durante o mandato de George W. Bush, presidente republicano que antecedeu Barack Obama, a colaboração americana em prol do ambiente também foi atribulada, visto que assistimos a uma ratificação do Protocolo de Quioto que, como já foi mencionado, foi o protocolo de cooperação ambiental anterior ao Acordo de Paris. Demarcando assim um período bastante complexo no que toca ao combate das alterações climáticas. Para além disso, mesmo com a entrada em vigor no ano de 2005, assistimos a uma contestação por parte dos EUA às medidas apresentadas para a redução de gases estipulada no Protocolo.

Em 2017, a administração de Donald Trump declara publicamente que, de facto, os Estados Unidos se iriam retirar do Acordo de Paris (Pavone, 2018). Com a sua retirada, assistimos, também, a uma violação do próprio acordo ao nível do direito internacional. Donald Trump referiu que na base da sua retirada estava o facto de o Acordo ser prejudicial à economia norte-americana, que as limitações acordadas iriam abalar financeiramente os EUA, assim como o próprio financiamento do Fundo Verde. Apesar da retórica estar assente no facto da saída do acordo ser de interesse nacional, a realidade é que dezassete Estados pertencentes à Aliança Climática dos EUA demonstraram interesse em continuar a cumprir com aquilo que foi delineado no Acordo.

Iremos, neste sentido, analisar a postura unilateralista americana durante o mandato de Donald Trump, face às alterações climáticas, nomeadamente os motivos da retirada do acordo, a estratégia que acompanhou esta saída e quais as reações a nível internacional, isto também sobre um espectro do direito internacional.

Com a tomada de posse do cargo de presidente dos EUA, Trump procedeu a reverter um número significativo de medidas ambientais colocadas em prática durante a administração de Barack Obama. Assim sendo, nos primeiros 100 dias no cargo de presidente dos EUA, Trump demonstrou inegavelmente que o seu discurso durante a sua campanha eleitoral iria ser refletido na sua atuação enquanto presidente. A primeira atuação relativamente às alterações climáticas realizada por Trump passou pela eliminação do Plano de Energia Limpa (Moreira et al., 2018).

Além disso também “Retirou uma regra que ajudaria os consumidores a comprar pneus mais eficientes em termos de combustível; Votou para revogar os limites das emissões de metano em terras públicas; Revogou uma regra que impediu as empresas de mineração de carvão esvaziar detritos em

córregos locais; Cancelou o requisito para informar as emissões de metano; Revogou uma atualização para o processo público de planeamento do uso do solo; Rejeitou a proibição de um inseticida potencialmente prejudicial; Rejeitou a proibição da caça de predadores em refúgios de vida selvagem no Alasca ; Retirou a orientação para agências federais para incluir emissões de gases de efeito de estufa em avaliações ambientais;" (Moreira & Estevo, 2018).

Podemos perceber, ainda, que em março de 2017 também se realizou a aprovação oficial por parte da administração de Trump para o Keystone XL Pipeline, que visava tornar o transporte de petróleo bruto para o Canadá um processo mais facilitado, sendo possível transportar uma quantidade equivalente a 900 mil barris de petróleo por dia. Neste sentido, observamos uma retoma de empregos na indústria petrolífera, segundo Trump a retirada dos EUA do Acordo era necessária para salvaguardar o crescimento económico quer das empresas petrolíferas, quer das empresas de produção de carvão (Moreira & Estevo, 2018).

Uma consequência que é fonte também de uma grande preocupação passa pelo impacto dos cortes do financiamento americano no Fundo Verde para o Clima. É importante mencionar que para além dos EUA serem um dos maiores emissores de gases poluentes também são uma nação que se apresenta como um pilar do financiamento do Fundo Verde para o Clima. Uma das primeiras atuações da administração de Donald Trump passou exatamente por afirmar que no ano de 2018 o financiamento americano no Fundo Verde iria ser dado como terminado, causando um nível elevado de incerteza e colocando a viabilidade dos objetivos do acordo em risco de não se atingirem (Urpelainen & van de Graaf, 2018).

Antes da tomada de posse de Donald Trump, assistimos a uma aceleração do processo de financiamento prometido pelos EUA. Deste modo a administração de Barack Obama conseguiu disponibilizar 1/3 do financiamento prometido correspondente a 1.000 milhões de dólares. Ainda assim, quando Donald Trump assume a presidência, o financiamento, tal como referido, acaba por parar, ficando 2.000 milhões de dólares por financiar (UNFCCC, 2016).

As consequências da falta de financiamento não afetaram apenas a parte económica. Foram também um claro reflexo do desinteresse americano face à cooperação, o que a longo prazo poderia motivar outros países, nomeadamente países de economia emergente, a seguir os mesmos passos e virarem costas às medidas delineadas pelo acordo.

Assim, a consequência do recuo da cooperação dos EUA na questão do financiamento acabou por transmitir aos países em desenvolvimento e de economias emergentes que a cooperação da potência não era viável. Admitindo que as nações com mais poder económico são também as que detêm índices

de poluição mais elevados, estas acabaram por se comprometer a financiar projetos de países em desenvolvimento para o combate à emergência climática. Neste sentido, uma das incertezas que foi criada com a saída dos EUA passou pelo facto de se criar uma dúvida em torno da viabilidade do Acordo sem o financiamento americano.

Ao nível internacional é conclusivo que a administração de Trump, neste contexto, valorizou mais a aplicação do seu slogan “America First” do que as consequências que poderia ter nas suas relações internacionais. A União Europeia condenou esta decisão, assim como a comunidade mundial, visto que a emergência climática é cada vez mais uma prioridade nas agendas políticas globais.

O Conselho Europeu afirmou que era de extrema importância o esforço de cooperação comum para respeitar o que tinha sido alinhado no acordo e que aquilo que o acordo vincula não pode ser renegociado. Por sua vez, António Guterres apontou a atitude americana como uma atitude de desvalorização face aos esforços globais e, mencionou, até, que a saída dos EUA poderia representar uma problemática para a segurança global. Outra das consequências temidas com a saída dos EUA, passou por um receio que isso desencadeasse a retirada de outros países, como por exemplo, da Índia, das Filipinas, da Malásia e da Indonésia.

A retirada dos EUA do Acordo de Paris teve implicações ao nível do Direito Internacional, isto porque a forma como a administração de Donald Trump encaminhou a retirada resultou numa violação do próprio acordo. Assim sendo, esta mesma violação implicaria, à priori, uma responsabilização dos Estados Unidos por parte dos Estados lesados ou dos Estados que também fazem parte do Acordo. Tendo em conta que a emergência climática é uma problemática Global, a violação do acordo poderia ser apontada por qualquer uma das partes pertencentes ao mesmo (Hamilton, 2007).

É importante ter a consciência que, dada a relevância da questão ambiental, seria aceitável que qualquer Estado participante no acordo, mesmo sendo um Estado não lesado pela saída dos EUA, poderia sancionar judicialmente os mesmos pela retirada, de modo a pressionar um cumprimento das suas responsabilidades internacionais, no âmbito do aquecimento global.

Porém, tentar iniciar um processo judicial contra os Estados Unidos pela violação do Acordo é, de certo modo, insustentável, visto que o próprio Acordo não apresenta medidas no sentido de penalizar qualquer Estado membro em caso de incumprimento.

Por outro lado, não seria expectável impor aos Estados Unidos a redução de combustíveis fósseis consoante os parâmetros definidos pelo Acordo de Paris. Recaindo sobre o poder de veto, que está intrinsecamente ligado à soberania de cada Estado, é também clarificado que caso fossem aplicadas sanções económicas estas poderiam estar logo à partida condenadas ao fracasso (Pavone, 2018).

É importante referir que a atuação da administração de Trump, no sentido de uma clara violação do seu compromisso para com o ambiente, só veio a piorar ainda mais a imagem dos EUA no cenário global, deixando claro o unilateralismo americano neste sentido e causando um forte impacto negativo nos esforços multilaterais no combate à emergência global.

Assim sendo, podemos concluir que a postura adotada pelo antigo presidente dos Estados Unidos apresentou uma contrariedade, face àquilo que era previsto pelos mesmos enquanto fundadores da Ordem Liberal. Donald Trump apostou numa série de medidas que considerava benéficas para os EUA, não olhando para as consequências que as mesmas teriam na negociação multilateral.

A saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris veio demonstrar um desrespeito tanto pela comunidade como pelo próprio Direito Internacional. Ainda que, a posição Republicana em relação ao clima seja normalmente associada a uma desvalorização da problemática, esta nunca esteve associada a uma rejeição do multilateralismo.

Podemos então afirmar que as medidas aplicadas pela sua administração, a rejeição da continuidade de investimento americano para o Fundo Verde do Clima, aliadas a toda a postura e componente discursiva, resultaram numa tensão internacional quanto à posição dos EUA. Deste modo, assistimos a um processo de perda da “liderança moral” no combate à emergência climática.

3.2 - ADMINISTRAÇÃO DE TRUMP E A RENEGOCIAÇÃO DO NAFTA

Os Estados Unidos, enquanto potência hegemónica da nova Ordem Liberal, incentivaram muito ao multilateralismo, além disso promoviam e defendiam os acordos comerciais regionais.

Em 1994 entra em vigor o Tratado Norte Americano de Livre Comércio, cuja sigla em inglês se denomina NAFTA, tratado esse que visa simplificar as barreiras económicas e alfandegárias entre o México, o Canadá e os Estados Unidos da América.

A negociação e a aprovação do NAFTA gerou uma discussão intensa em torno dos possíveis resultados que o mesmo poderia ter, onde é evidenciada uma preocupação por parte dos Estados Unidos relativamente às consequências na sua economia (Lima & Melo, et al., n.d.).

Durante a campanha eleitoral de Donald Trump, ainda enquanto candidato, salientou o NAFTA como um tema de bastante relevância nos seus discursos, apontando várias críticas ao tratado e como este prejudicava os EUA. Além de definir o NAFTA como uma das causas dos problemas económicos dos Estados Unidos, também abordou a urgência de reformular o tratado (Lima & Melo, et al., n.d.).

Neste sentido, assistimos, desde a fase de campanha eleitoral, a uma postura anti NAFTA por parte do antigo presidente dos Estados Unidos.

É importante, primeiramente, perceber qual a relevância do NAFTA para os países envolvidos, sendo que este acordo foi criado com o propósito de facilitar as trocas comerciais entre os três países, priorizando as relações entre os mesmos em determinadas matérias. Neste sentido, o principal objetivo passaria pelo desenvolvimento económico do México, do Canadá e Estados Unidos, aumentando, não só, as receitas comerciais, como também a empregabilidade e as exportações. Assim, assistimos a uma promoção do desenvolvimento económico, de modo a tentar igualar o nível de desenvolvimento dos países.

Podemos realçar que, com a entrada em vigor do NAFTA, as trocas comerciais entre os três países triplicaram, sendo o petróleo o principal produto exportado, representando 46% das importações dos Estados Unidos da América (Lima & Melo, et al., n.d.). O acordo tornou o Canadá e o México “dois dos três maiores fornecedores de suplementos para os Estados Unidos” (Lima & Melo, et al., n.d.).

Tendo em conta que o México é um país com uma economia pouco desenvolvida, o NAFTA seria uma ótima mais-valia na ajuda dos processos de cooperação com os Estados Unidos. No entanto, se por um lado os benefícios para o México são algo que facilmente conseguimos salientar, por outro, para os Estados Unidos e para o Canadá o cenário é diferente.

O que podemos observar é que os efeitos do NAFTA não se tornaram relevantes para os americanos (Lilia Pasquariello MARIANO et al., n.d.). Era expectável que, com a entrada em vigor do tratado, o PIB crescesse exponencialmente, porém o crescimento consequente do NAFTA foi muito reduzido (Villarreal, 2017).

Analisando no espetro geral, podemos concluir que, desde a sua entrada em vigor, o NAFTA teve uma influência bastante positiva na economia mexicana, visto que, esta “passou por consideráveis transformações, se comparada aos outros dois integrantes, uma vez que a presença das indústrias aumentou exponencialmente, transformando a economia do México de exportadora de petróleo, numa economia manufatureira” (Pontes, 2015).

Podemos ainda considerar como falha do tratado a própria relação entre os países. Neste sentido, os Estados Unidos continuaram a representar o fio condutor entre o Canadá e o México, sendo conclusivo que o objetivo reforçar as relações económicas entre os países, explícito no tratado, não fora cumprido como seria expectado.

Como é complexo definir os efeitos do acordo, Donald Trump encontrou aqui um mecanismo para utilizar a sua retórica populista e associar o NAFTA às problemáticas sociais e económicas dos

Estados Unidos da América. Neste sentido, voltamos a assistir a um ataque direto ao México, assim como à administração de Obama, que foi anotada pelo candidato como tendo uma atuação passiva na resolução de problemas causados pelo acordo (Lilia Pasquariello MARIANO et al., n.d.). Tal como é característica dos discursos populistas, aqui denotamos uma simplificação extrema dos problemas económicos americanos, assim como a origem desses mesmos problemas. Durante a sua campanha eleitoral, Trump definiu o acordo como ineficiente e o pior acordo realizado pelos EUA (Lilia Pasquariello MARIANO et al., n.d.).

Porém, ainda que os discursos realizados por Trump tenham colocado o NAFTA como um acordo que causava um atraso significativo na economia americana, este acabou por impulsionar a sua renegociação. É importante, neste sentido, referir que, apesar de Trump ter notificado o congresso para a renegociação do acordo, esta, ao contrário do que foi subentendido pelo antigo presidente, já teria sido proposta anteriormente pela administração de Obama (Johnson, n.d.).

As críticas realizadas pelo antigo presidente causaram alguma instabilidade para as partes constituintes do acordo, principalmente porque eram desconhecidos os efeitos da renegociação e que implicações isso teria, principalmente para o México. É relevante mencionar que, apesar dos aspetos negativos do acordo, as exportações americanas para o México aumentaram desde a sua entrada em vigor (Lilia Pasquariello MARIANO et al., n.d.).

A renegociação do NAFTA abrangeu diversas matérias. Primeiramente, foi iniciada uma alteração técnica nas Regras de Origem, de modo que as leis tarifárias fossem aplicadas de forma mais lógica. Recaindo sobre as Regras de Origem, estas referem-se a duas questões específicas do acordo, sobre onde o produto foi produzido e quais as matérias utilizadas nessa mesma produção (Lopes; Carvalho, 2010; Mesquita, 2013). O principal interesse americano, na alteração dessas regras, passava pela intenção de aumentar a cota de matérias-primas americanas utilizadas na produção de automóveis no México, tendo o governo mexicano sugerido a percentagem de 70% de matérias-primas, enquanto o governo de Trump sugeriu 80% (EXAME, 2018). O objetivo da administração de Trump era, assim, aumentar a participação dos Estados Unidos na produção automóvel, de modo a diminuir a concorrência por parte da Ásia e Europa (Lilia Pasquariello MARIANO et al., n.d.).

Apesar da administração de Trump ter demonstrado interesse em realizar a renegociação do acordo, o antigo presidente não colocou de lado a sua postura crítica face ao mesmo. Continuamos, já durante a sua administração, a assistir a discursos que colocaram um panorama de incerteza, não colocando de lado a hipótese de retirada dos EUA do acordo, caso os interesses nacionais não fossem favorecidos (Lilia Pasquariello MARIANO et al., n.d.).

Ainda que sua postura tenha demarcado algumas dificuldades na renegociação do acordo, a verdade é que, graças à adaptabilidade das partes pertencentes ao NAFTA, a atualização do acordo foi conseguida. Neste processo, assistimos também, a uma alteração do nome do acordo, passando a denominar-se de Acordo Estados Unidos-México-Canadá, cuja sigla em inglês se pronuncia de USMCA (Lilia Pasquariello MARIANO et al., n.d.). A alteração do nome do tratado surgiu, não só, mas também, num contexto de favorecer o acordo na Opinião Pública, principalmente a americana, tendo em conta que ao longo da campanha e, mesmo no processo da renegociação assistimos, tal como já foi mencionado à denominação do NAFTA como o pior acordo já assinado pelos Estados Unidos, sendo a alteração do nome necessária. Neste sentido, o USMCA entra em vigor no dia 1 de julho de 2020, já num contexto de pandemia.

O que podemos concluir é que Donald Trump tornou a necessidade de ajustes do NAFTA e a dificuldade em conseguir analisar os resultados benéficos do NAFTA numa ferramenta discursiva forte, tanto durante a campanha como durante a sua administração. Aqui, não podemos afirmar que estamos perante uma postura unilateral, visto que denotamos uma demonstração de interesse na renegociação, ainda que, tal como tem sido padronizado, a forma como Trump se dirige à comunidade internacional continue a colocar um clima de incerteza, antes do término das negociações, até à entrada em vigor do USMCA.

Ainda que o crescimento económico dos Estados Unidos não fosse evidenciado de forma clara e concreta, a realidade é que, no ponto de vista da cooperação, favoreceu as relações americanas com ambos os países. É conclusivo que, o tratado não correspondeu às expectativas em termos económicos e que a renegociação do mesmo já teria sido uma opção mencionada e anterior à candidatura de Donald Trump.

Aquilo que conseguimos retirar é que o maior clima de incerteza surge, tal como noutras situações, maioritariamente pela retórica aplicada, visto que, a renegociação acabou por ser concluída mesmo que, durante o processo, Donald Trump colocasse ênfase na possibilidade de retirada dos Estados Unidos da América do Acordo, mesmo durante a renegociação (Kirby, 2018; Nicholas, 2017; Vieira, 2017; Córdoba, 2017).

3.3 - O ACORDO DE PARCERIA TRANSATLÂNTICA DURANTE A ADMINISTRAÇÃO DE DONALD TRUMP

Em 2013, os Estados Unidos da América e a União Europeia iniciaram o processo de negociação de um tratado denominado de Acordo de Parceria Transatlântica, cuja sigla em inglês corresponde a

TTIP (Transatlantic Trade and Investment Partnership). O acordo visava fortalecer o comércio livre entre os parceiros, tornando as trocas comerciais mais simples, diminuir a burocracia e tornar o comércio entre ambos mais equitativo. Os principais objetivos do tratado passam pela criação de emprego e tornar o mercado mais abrangente na oferta, assim como a redução de preços (European Commission. Directorate-General for Trade., 2015). Acima de tudo, o Tratado procura fortalecer as relações entre os parceiros e aumentar as receitas económicas.

Podemos definir três pilares no qual assenta o tratado, sendo estes o acesso ao mercado, a cooperação regulamentar e a própria regulamentação. Neste sentido, no que toca ao acesso ao mercado, o tratado visava a redução, ou até, abolição das tarifas para facilitar a exportação de produtos da União Europeia, isto válido também para os Estados Unidos (European Commission. Directorate-General for Trade., 2015). Isto promove que a UE consiga entrar no mercado americano de uma forma mais fácil, eficaz e abrangente.

É abordada a possibilidade de, com a entrada do Tratado em vigor, ser possível para os Europeus formularem contratos públicos com empresas americanas. No que toca à Cooperação Regulamentar, podemos afirmar que esta é válida para diversos setores e visa, tal como já foi mencionado, reduzir a burocracia. As regras estabelecidas pelo tratado passavam pela transparência das negociações do TTIP, pela concorrência leal entre as empresas, pela simplificação do processo alfandegário, pela promoção da sustentabilidade e pela proteção dos direitos laborais e, por último, o auxiliar as pequenas e médias empresas a usufruir dos benefícios do TTIP (European Commission. Directorate-General for Trade. 2015).

Desde 2013 realizaram-se 15 rondas de negociação do TTIP, porém, aquilo que assistimos foi a um certo desinteresse da Opinião Pública americana em relação à aplicação do tratado, denotando que ao longo das negociações o mesmo foi poucas vezes abordado, tanto no contexto político, como também no contexto da comunicação social (Novitasari & Prinanda, n.d.).

Assim, ao contrário do que foi observado em relação a outros acordos multilaterais, não assistimos a críticas ao tratado durante a campanha eleitoral, porém, não num ponto de vista positivo, visto que, o tratado não foi praticamente abordado no geral, em ambas as campanhas. Tal como foi anteriormente mencionado, o desinteresse generalizado por parte da população americana era facilmente denotado, sendo comprovado, em contexto de campanha, que não seria relevante para os candidatos demonstrarem a sua posição em relação ao mesmo. É importante mencionar que o antigo presidente dos Estados Unidos, já teria demonstrado desinteresse em estabelecer relações comerciais com a União Europeia, mencionando também a postura dos aliados na NATO e como estes não foram fiéis ao compromisso, dirigindo críticas diretas à Alemanha e a Merkel (Novitasari & Prinanda, n.d.).

Deste modo, estabelecer parcerias comerciais com a União Europeia não eram prioritárias para o candidato.

Outro dos motivos pelos quais o TTIP não se tornou tão mencionado como outros tratados, deve-se ao facto de este se encontrar numa fase de negociação.

Tendo em conta toda a postura demonstrada por Donald Trump em relação ao multilateralismo, a União Europeia demonstrou dificuldade em perceber que rumo teriam as negociações, dada a imprevisibilidade demonstrada até à data.

Assim, é importante analisar como se desenrolou o processo de estagnação de negociação do Tratado, desde a tomada de posse de Donald Trump e como é que determinadas atuações do antigo presidente prejudicaram as relações com a União Europeia.

No que toca às relações comerciais, a administração de Donald Trump adotou uma postura protecionista, demonstrando, mais uma vez, que os interesses americanos se iriam sobrepor às relações multilaterais. Uma das suas atuações que comprova esta postura passa pela nomeação de Robert Lightizer para o cargo de representante comercial, visto que este se posicionava como protecionista tanto na economia como, mais concretamente, nas relações comerciais (Larres, Klaus 2020).

Além de ter nomeado Lightizer para o cargo de representante comercial, Donald Trump implementou uma política tarifária, também ela, protecionista (Novitasari & Prinanda, n.d.). A política tarifária de Donald Trump foi um dos fortes motivos que levaram à estagnação das negociações do TTIP, sendo que esta impunha tarifas que prejudicavam de forma clara as suas relações comerciais com a União Europeia. Esta consistia na aplicação de tarifas de importação, tendo os produtos siderúrgicos uma tarifa de 25% e os produtos de alumínio uma tarifa de 10%, afetando a União Europeia a partir do mês de julho de 2018 (Novitasari & Prinanda, n.d.).

Neste sentido, a política tarifária imposta pela administração de Donald Trump, visava aumentar a competição americana. Aqui denotamos que a postura da administração de Donald Trump vai numa direção oposta ao Tratado, visto que, um dos objetivos passava por facilitar as trocas comerciais entre as partes, onde, segundo a jurisdição do mesmo, a política tarifária de Trump não poderia ser imposta.

A política tarifária de Trump causou várias tensões junto da Organização Mundial do Comércio, a União Europeia chegou mesmo a afirmar que a política tarifária não ia ao encontro das regras da OMC (Novitasari & Prinanda, n.d.). É ainda importante referir que a política tarifária, colocada em vigor pela administração de Trump, também prejudicou a renegociação do NAFTA e as relações comerciais com a China.

Após a demonstração desta postura protecionista, a União Europeia e os Estados Unidos dão em 2019 as negociações dos TTIP como suspensas, tendo sido afirmado pelo Conselho Europeu que “as negociações do TTIP se tornaram obsoletas” (Conselho da União Europeia, 2019). A União Europeia e os Estados Unidos, que outrora caminhavam para a formulação de mais um tratado multilateral, entram num clima de competição que deixa em vista a possibilidade de uma guerra comercial, alimentado pelo desacordo e pela resposta da UE face à falta de representação dos seus interesses (Novitasari & Prinanda, n.d.).

Podemos retirar, partindo da suspensão das negociações do Acordo de Parceria Transatlântica, que as medidas económicas protecionistas de Donald Trump, quer na aplicação da nova política Tarifária, quer na nomeação de Lightizer, que Donald Trump demonstra colocar os interesses americanos à frente da harmonia na Organização Mundial do Comércio. A sua postura veio a prejudicar as suas relações comerciais tanto com os seus parceiros do NAFTA, como com a China e com a própria União Europeia, dado todo o desinteresse em cooperar nas negociações do TTIP.

É importante referir, que as relações com a União Europeia já não se encontravam num clima positivo, dado todos os atritos entre os parceiros num contexto de NATO. Assim, concluímos ainda que as estagnações das negociações do Acordo de Parceria Transatlântica surgem, não só como consequência do protecionismo económico americano, como também, devido ao desinteresse demonstrado em estabelecer relações comerciais com a União Europeia.

A suspensão do TTIP veio a prejudicar, ainda mais, as suas relações, no entanto, é importante relembrar que, apesar de, até ao mandato de Trump, termos assistido a 15 rondas de negociação do Acordo, para os americanos este sempre representou uma importância distinta daquela que representa para os Europeus.

3.4 - A RETIRADA DOS EUA DA PARCERIA TRANSPACÍFICA

Com a Parceria Transpacífica, sendo que em inglês se traduz em “Trans-Pacific Partnership” (TPP), assistimos à entrada em vigor do maior acordo comercial do mundo, até à data. Em 5 de outubro de 2015, o TPP é oficialmente assinado e torna-se assim um tratado com bastante relevância, tanto a nível comercial, como também ao nível da geopolítica.

A Parceria Transpacífica contou com a participação de doze países: Brunei, Chile, Nova Zelândia, Singapura, Austrália, Canadá, Japão, Malásia, México, Peru, Estados Unidos e Vietnam. O TPP passou, assim, a cobrir 40% da economia mundial e abrange, assim, a região económica mais dinâmica do

mundo (Márquez De La Rubia, 2018). Como é expectável o tratado determinou várias regras no que toca à política comercial, porém o tratado não se focou em medidas de proteção ambiental, sendo alvo de críticas de Organizações Não Governamentais, ainda que, previamente, na discussão do tratado fosse definido que iriam abordar matérias ambientalistas (Márquez De La Rubia, 2018).

Um dos motivos pelos quais se iniciaram as negociações do Tratado foi devido às consequências causadas pela crise de 2008 nos mercados internacionais. Os principais objetivos e benefícios expectáveis foram delineados em torno das vantagens intrínsecas às parcerias num mercado de comércio livre.

Assim, com a entrada em vigor do tratado, era esperado, por parte dos americanos, a promoção e criação de emprego, assim como um aumento dos benefícios económicos gerados pelo aumento das exportações americanas.

O TPP, para fins de facilitar as relações comerciais, focavam principalmente na liberalização do comércio e dos serviços (Márquez De La Rubia, 2018). Introduziu nos seus objetivos a eliminação e a redução de tarifas. Esta redução tarifária iria cobrir, entre muitos produtos, automóveis, produtos manufacturados, têxteis e vestuário, produtos agrícolas (Márquez De La Rubia, 2018).

Um dos aspetos inovadores que o Tratado inseriu passou pela regulamentação do comércio eletrónico, estas regras abrangem aspetos desde a proteção de dados dos consumidores à regulamentação dos investimentos digitais. O acordo tornou, desse modo, proibido o armazenamento de dados em servidores locais (Green et al., 2015). Além disso, também salvaguarda a propriedade intelectual, nomeadamente na questão dos direitos de autor e das patentes (Márquez De La Rubia, 2018).

Neste tratado, assistimos, ainda, à eliminação de 18000 direitos aduaneiros, válidos para os 12 países membros do tratado e abarcava os produtos comercializados sobre o tratado. Uma das questões que notamos neste tratado é como a política tarifária colocada em vigor pela administração de Donald Trump rumava no sentido contrário aos objetivos do tratado, ainda que a retirada dos EUA do tratado já fosse dada como certa quando a mesma foi aplicada (Márquez De La Rubia, 2018).

Para os Estados Unidos da América, o valor do tratado transcendia a vertente comercial. Durante o mandato de Barack Obama, os dos aspetos mencionados pelo então presidente dos EUA, passaram pelo valor da questão geopolítica.

A administração de Obama observou que, com a entrada em vigor do tratado, os Estados Unidos iriam aumentar a sua influência na região Asiática, reforçada pela ausência da China neste tratado. Enquanto a sua secretária de Estado, Hillary Clinton, salientou a importância do tratado para as relações

com o Japão (Márquez De La Rubia, 2018). Para Obama, sem a adesão dos Estados Unidos ao Tratado, estavam criadas condições para a China influenciar as dinâmicas do comércio na Ásia. Neste sentido, sendo a China uma potência em ascensão, era do interesse dos Estados Unidos aumentar a influência no território asiático.

A retirada dos Estados Unidos da América do TPP é uma matéria onde encontramos consenso entre Donald Trump e Hillary Clinton. Apesar de Hillary Clinton, tal como é anteriormente referido, enquanto secretária de Estado ter reconhecido o tratado como benéfico para a economia dos EUA e para os cidadãos americanos, durante a campanha adotou uma postura distinta. Clinton mencionou que, enquanto secretária de Estado, tinha expectativas positivas em relação ao tratado, acreditando que este iria criar empregos e beneficiar a economia americana. Na perspectiva de Hillary, o TPP não correspondeu a essas mesmas expectativas e veio a prejudicar a economia americana, acrescentando que se opunha ao tratado desde 2015 (Márquez De La Rubia, 2018).

Neste mesmo sentido, durante a campanha de Donald Trump, as críticas ao tratado foram constantes. Trump definiu o tratado como um tratado horrível e que, caso fosse eleito presidente, a retirada dos EUA seria uma das suas primeiras atuações.

As críticas realizadas por Donald Trump visavam as consequências do Tratado para a economia americana. Trump acreditava que a criação do Tratado sempre foi realizada num sentido que permitisse e facilitasse a entrada posterior da China, aumentando assim a influência da mesma (Green et al., 2015). Os argumentos e elementos utilizados nos seus discursos abordaram muito a questão da empregabilidade e como o TPP prejudicou os americanos nesse sentido.

A realidade é que, se nos debruçarmos na questão da mão de obra, países em desenvolvimento integrantes do tratado conseguiriam ser mais competitivos, visto que, o valor da mão de obra é significativamente mais baixo do que o da mão de obra americana (Green et al., 2015). Hillary e Trump, concordavam que, com a entrada em vigor do Tratado, foram retirados empregos a cidadãos americanos e a outros cidadãos de países desenvolvidos.

Além da questão da empregabilidade, Donald Trump afirmou que o TTP apenas beneficiava as grandes corporações e que, para os Estados Unidos representava “um golpe mortal na indústria americana” (Trump, 2016). Assim, após a sua eleição, como presidente, no mês de janeiro de 2017, a administração de Donald Trump retira oficialmente os Estados Unidos do Tratado do Transpacífico.

Ainda que a retirada fosse algo que a Opinião Pública americana demonstrasse consenso, a realidade é que causou incerteza junto de outras negociações e parcerias com os Estados Unidos da América, como podemos observar na Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, que estava

em processos de negociação com a União Europeia. Neste sentido, é importante analisar de forma mais concreta que consequências negativas tinha realmente o TTP para os Estados Unidos, assim como as consequências da sua saída, tanto a nível nacional como internacional.

Conseguimos retirar que uma das principais preocupações dos candidatos e da Opinião Pública americana passava, então, pela questão da empregabilidade. As críticas relativamente a esta questão associavam a entrada em vigor do tratado à diminuição da empregabilidade americana, em alguns setores, ao preço de custo da mão de obra, tal como foi anteriormente mencionado.

Outra questão relacionada com a mesma problemática, abrange o facto de certos salários terem diminuído. Foi também denotado que o PIB dos Estados Unidos diminuiu, apontando como uma das causas a integração americana no TPP (Márquez De La Rubia, 2018).

Estes fatores aliados à postura protecionista de Donald Trump e à Opinião Pública, tornaram a retirada dos Estados Unidos do Tratado algo certo, relembrando que os principais candidatos nas eleições de 2016 se encontravam em concordância na questão do Tratado Transpacífico.

Com a saída dos Estados Unidos do acordo, os restantes países envolvidos no tratado iniciaram negociações para conseguir estabilizar o acordo (Márquez De La Rubia, 2018). Seria, de certo modo, expectável que os membros iniciassem alterações, nomeadamente em relação a medidas sugeridas e benéficas apenas para os Estados Unidos.

As principais mudanças que foram feitas passaram pelas questões da propriedade intelectual, é importante referir que, relativamente às salvaguardas de patentes delineadas neste tratado, a maioria dos países demonstrou estar numa posição oposta à dos Estados Unidos (Márquez De La Rubia, 2018). Também procederam a fazer alterações em medidas que cobriam as matérias de investimento, diminuindo a regulamentação relativa às questões trabalhistas (Márquez De La Rubia, 2018).

Uma das principais consequências negativas, para os Estados Unidos, foi certamente a perda de influência relativamente à geopolítica. A principal incerteza para os americanos passou exatamente por essa questão, visto que, tal como foi mencionado, a presença dos Estados Unidos da América no tratado era positiva para os mesmos, no sentido em que conseguiriam controlar ligeiramente o crescimento económico da China (García Martínez, n.d.). Porém, aquilo que foi demonstrado por parte da China e da própria liderança de Xi Jinping, é que a China estaria a promover o seu crescimento económico baseado, também, em políticas mais nacionalistas.

No entanto, ainda que a China tenha demonstrado desinteresse em fazer parte do Tratado, a realidade é que a retirada dos Estados Unidos beneficiou o país, tendo em conta que ambos ocupam

posições muito relevantes no comércio internacional e se encontravam numa guerra comercial (Green et al., 2015).

É clarificado que a postura protecionista da administração de Trump influenciou a retirada do acordo, contudo, a retirada dos Estados Unidos era uma questão concordante junto dos candidatos, tornando a saída do TTP algo certo.

Ainda assim, a falta de colaboração de Trump em relação à política tarifária deixou um clima de descontentamento. Em plena campanha, como foi mencionado, o antigo presidente dos Estados Unidos, deixou bem clara a sua posição, sendo isto uma característica predominante nos seus discursos. Ainda dentro dos discursos sobre a retirada do TPP, Trump encontrou conveniência em direccionar comentários à China e ao facto de o acordo ter sido realizado para prejudicar a economia americana.

3.5 - A RETIRADA DOS EUA PLANO DE AÇÃO CONJUNTO GLOBAL

Durante o seu mandato, a administração de Donald Trump apostou numa abordagem distinta àquela que teria sido aplicada pela administração de Barack Obama. Tal como foi verificado em outras questões, como é o caso da Coreia do Norte, a administração de Trump abandonou a postura de “paciência estratégica”, adotando uma abordagem de “pressão máxima” (Pompeo, 2018). Com esta alteração de estratégia também assistimos a uma conseqüente alteração da política externa dos EUA para com o Médio Oriente, onde conseguimos evidenciar políticas mais unilaterais e intervencionistas, sustentando o posicionamento realista da administração de Trump durante a sua presidência (Walt, 2019).

A 14 de julho de 2015, sob a administração de Barack Obama, o Plano de Ação Conjunto Global é assinado, cujo nome e sigla em inglês corresponde, respetivamente, "Joint Comprehensive Plan of Action" (JCPOA). Este acordo nuclear foi assinado pelo Irão e pelo Grupo P5+1, que inclui os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, a França, o Reino Unido, a China e a Rússia, em conjunto com a Alemanha. O objetivo principal deste acordo era traçar limites ao programa nuclear do Irão, de modo a controlar o desenvolvimento de armas nucleares iranianas e, em troca, iriam ser levantadas as sanções impostas ao Irão. O tratado procurava limitar e criar restrições nas instalações nucleares, regulamentar o acesso a matérias cindíveis, assim como realizar inspeções às infraestruturas (Simon, 2018).

O resultado pretendido com estas medidas seria controlar e atrasar o desenvolvimento das armas nucleares, de modo que, caso necessário, a comunidade internacional conseguisse reagir eficazmente.

É importante contextualizar que, as relações dos Estados Unidos da América com o Irão têm sido caracterizadas como hostis e sob um clima de desconfiança desde a Revolução Islâmica de 1979 (Bahga, 2017). A diplomacia entre os dois países foi cortada em 1980, limitando as interações económicas e culturais. Neste sentido, a assinatura do acordo, ainda que relevante, não pode ser vista como um momento de viragem nas relações dos EUA com o Irão (Bahga, 2017).

Assim, durante a sua campanha eleitoral, Donald Trump deixou clara a sua postura em relação ao Irão e ao acordo nuclear. Esta postura anti Irão durante a sua campanha, mais uma vez, foi refletida também durante a sua administração. Conseguimos realçar, ainda, que durante os seus primeiros meses enquanto presidente, Donald Trump procedeu a ocupar altos cargos da sua administração com conselheiros que partilhavam da sua postura em relação ao Irão (Bahga, 2017). Para além disso, assistimos a um momento, durante uma Assembleia Geral da ONU, em que Donald Trump descreveu o JCPOA como "uma das piores e mais unilaterais transações que os Estados Unidos já fizeram" e "um embaraço para os Estados Unidos" (Trump, 2017).

O antigo presidente veio, também, afirmar que o Irão será sempre um inimigo dos Estados Unidos e caracterizou o governo iraniano como um regime onde imperava o fanatismo pela religião (Trump, 2018).

Além disso, mesmo após a entrada em vigor do acordo, os Estados Unidos acusam o Irão de continuar a demonstrar apoio à ditadura de Bashar al-Assad na Síria, permitindo também que o Hezbollah desenvolva o seu armamento, colocando numa posição frágil Israel, importante aliado dos americanos (Casa Branca, 2018).

A 13 de outubro de 2017, a Casa Branca realizou um comunicado onde foi explicitado como é que o Irão estava a violar o espírito do acordo, salientando o desagrado perante a cláusula de expiração e a falta de debate perante o desenvolvimento de mísseis por parte do Irão (Casa Branca, 2017).

A retirada do Plano de Ação Conjunto Global (PACG) ocorreu, oficialmente a 8 de maio de 2018 e encontra-se, neste sentido, alinhada com a estratégia de "pressão máxima" e com a postura mais inclinada ao unilateralismo que viemos a denotar na sua administração.

No entanto, face ao cumprimento por parte do Irão dos termos do acordo, a administração de Trump teve de sustentar a decisão da sua retirada perante a comunidade internacional (Akdoğan & Adigüzel, 2022).

Sendo assim, o acordo nuclear foi caracterizado como negativo, para os americanos e para a segurança. Uma das questões frequentemente mencionadas destacam nas afirmações que o JCPOA não foi impedimento para o fabrico de armas nucleares por parte do Irão, apenas foi um mecanismo que

atrasou o processo, assim sendo, o Irão continuou a trabalhar de modo a desenvolver os mísseis balísticos (Akdoğan & Adigüzel, 2022).

A administração de Donald Trump defendeu que, um dos motivos pelos quais o acordo nuclear era prejudicial à segurança regional e internacional, estava ligado ao levantamento das sanções, que permitiram ao Estado iraniano melhorar a situação económica e, conseqüentemente, investir no desenvolvimento nuclear e financiar terroristas do Hezbollah e do Hamas, dando também mais liberdade ao Irão de expandir os seus interesses (Casa Branca, 2018). Neste sentido, de forma a convencer a comunidade internacional que a sua retirada era necessária, assim como as suas medidas agressivas contra o Irão, afirmou que o regime iraniano era terrorista e que estes violavam os direitos humanos dos seus cidadãos (Akdoğan & Adigüzel, 2022).

Podemos então afirmar que a estratégia dos EUA para o Irão “centra-se em neutralizar a influência desestabilizadora do Governo do Irão e em restringir a sua intervenção, em particular o seu apoio ao terrorismo e aos militantes” (Casa Branca 2017).

Partindo deste contexto, podemos sublinhar as críticas realizadas em torno da conduta agressiva, que veio a aumentar na região e que, segundo a perspectiva americana, eram consequência da impunidade do Irão, assegurada pelo acordo. Assistimos, também, associação do aumento da ameaça do terrorismo, tanto no Médio Oriente, como ao nível global, às ações agressivas por parte do Irão. A administração de Trump acredita que o programa de nuclear iraniano está ligado ao terrorismo e, por isso, deve ser fechado.

Juntamente com as críticas foram apresentadas algumas recomendações para amenizar as tensões, nomeadamente a aquisição das armas nucleares iranianas por parte dos americanos e dos seus aliados. A administração de Donald Trump enfatizou, ainda, a importância da retirada tanto dos EUA, como também dos seus aliados do JCPOA de modo a estabelecer mais estabilidade à região (Akdoğan & Adigüzel, 2022).

Para além da retirada do acordo nuclear, a administração de Trump defende a aplicação de sanções económicas mais elevadas, para que seja exercida uma maior pressão sob o Irão, de modo a forçar uma mudança de comportamento por parte do mesmo. Na perspectiva de Trump, a administração de Obama deveria ter sido mais severa na aplicação de sanções e salientou erros em relação à passividade de atuação nesta matéria (Akdoğan & Adigüzel, 2022).

De modo a causar impacto económico, os americanos sugeriram o corte de relações comerciais com o Irão e colocou em aviso países que contribuíssem para o desenvolvimento do programa nuclear iraniano, ameaçando aplicar sanções aos mesmos. Posto isto, a solução expectada por parte dos EUA,

seria a elaboração de um novo acordo onde tivesse explicitado que o Irão não poderia produzir e desenvolver armas nucleares, assim, como tornar claro que não poderiam fornecer qualquer tipo de apoio a atividades terroristas (Akdoğan & Adıgüzel, 2022).

Podemos, desde já, salientar que a base das problemáticas apresentadas pela administração de Trump, relativamente ao acordo, passa por não ter explicitadas diretrizes que impedissem o desenvolvimento de armamento nuclear iraniano. Além de o acordo não impossibilitar o desenvolvimento nuclear, o levantamento das sanções, após a entrada em vigor do acordo, criou condições ainda mais favoráveis para o progresso do mesmo, tal como já foi referido (Akdoğan & Adıgüzel, 2022).

Tendo em conta que a administração de Trump tinha interesse em aplicar uma estratégia de pressão máxima em relação ao Irão, a retirada do JCPOA era necessária para reforçar as sanções por parte dos EUA. Como consequência da mudança de postura por parte dos americanos, também o Irão optou por comportamentos e reações mais agressivas, resultando num agravamento das relações entre os EUA e o Irão. É importante realçar que esta deterioração das relações entre os dois países reflete instabilidade na segurança do Médio Oriente (Akdoğan & Adıgüzel, 2022).

No entanto, a postura demonstrada pelas outras partes pertencentes ao acordo é distinta daquela que podemos observar nos americanos. Podemos perceber que existem diferenças substanciais na abordagem europeia, podendo salientar o momento em que, durante a celebração do primeiro ano do JCPOA, a Alta Representante da União Europeia para os Assuntos Externos e a Política de Segurança, Federica Mogherini, sublinhou a importância de manter o acordo, afirmando que o mesmo estaria a produzir resultados (Mogherini, 2017).

Juntamente com os membros da União Europeia, a França, o Reino Unido e a Alemanha expressaram preocupações relativamente à rutura do acordo, acreditando que a retirada dos americanos poderia prejudicar as relações transatlânticas. Deixaram, também, claro que caso o Irão continue a cumprir o estabelecido no acordo não se iriam retirar. A China e a Rússia demonstraram que a sua abordagem iria seguir o mesmo caminho (Simon, 2018).

Por conseguinte, ainda que a administração de Trump tenha efetivado a retirada, membros do Congresso acreditam que a saída dos EUA, assim como o reforço de novas sanções contra a vontade das outras, terá concedido uma vantagem moral ao Irão caminho (Simon, 2018). Por outro lado, Dan Smith, diretor do Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo, afirma que a retirada do acordo só irá resultar numa perda de credibilidade por parte dos americanos e que a falta de consistência dos Estados Unidos nas matérias que envolvam o Irão lhes retira valor moral no seu papel como potência hegemónica (Smith, 2019).

Podemos concluir que, de modo a futuramente se conseguir estabelecer uma relação diplomática mais estável, seria de extrema relevância concisão por parte dos Estados Unidos. No entanto, a postura da administração de Trump em relação ao acordo e ao Irã manteve-se, continuando a defender que o acordo não contribuiu nem para a paz, nem para a estabilidade da região do Médio Oriente.

IV - AS RELAÇÕES MULTI E BILATERAIS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DURANTE A ADMINISTRAÇÃO DE TRUMP

4.1 - AS NEGOCIAÇÕES DA DESNUCLEARIZAÇÃO DA PENÍNSULA COREANA

Uma das relações bilaterais dos EUA relevantes de analisar durante o mandato de Donald Trump são as relações com a Coreia do Norte. As tensões entre os Estados Unidos da América e a Coreia do Norte não são um acontecimento recente e foram intensificadas com a divisão das coreias nos anos 50, tendo os EUA assumido uma postura de proteção em relação à Coreia do Sul, formando uma aliança que dura até aos dias de hoje, sendo extremamente relevante para a estabilização e a segurança da península coreana (Gunther & Suh, 2018).

Com o crescente desenvolvimento de programas nucleares, as administrações americanas começaram a dar mais relevância a como controlar a Coreia do Norte, no entanto, nunca foram capazes de assumir o controlo, visto que, os investimentos nos mísseis e nos programas nucleares continuaram. George Bush, durante o seu mandato enquanto Presidente dos EUA, aplicou sanções a Kim Jong Il (Cahú, 2018). Relativamente à postura de Barack Obama, este optou durante a sua administração por uma “paciência estratégica”, todavia, essa abordagem não apresentou resultados (Conesa, 2019).

Neste sentido, iremos ver como é que a administração de Trump se diferenciou no controlo dos testes nucleares coreanos e qual o ambiente da relação entre Washington e Pyongyang durante a campanha e os quatro anos de mandato de Donald Trump.

Ao longo da sua administração conseguimos assistir a aproximações ao nível da diplomacia, como também, a climas de tensão e troca de provocações, por parte de ambos os países. Irá ser analisado como a postura adotada por Trump contribuiu para uma melhoria das relações diplomáticas entre os EUA e a Coreia do Norte. Além da questão bilateral, também será analisado o contributo da administração de Trump no clima de estabilidade na Península Coreana. É importante referir que, as relações americanas com a Coreia do Norte, durante a presidência de Trump sofreram altos e baixos e não podem ser descritas como estáveis tendo em conta as alterações das posturas.

Partindo da campanha eleitoral de 2016, Donald Trump teceu alguns comentários sobre a Coreia do Norte e demonstrou abertura para reunir-se com o líder da Coreia do Norte, demonstrando interesse e disposição em melhorar a diplomacia entre ambos.

Foi após a tomada de posse de Donald Trump que a tensão entre os Estados Unidos e a Coreia do Norte se fez sentir de forma acentuada. Primeiramente, assistimos desde logo a uma alteração da sua abordagem comparativamente àquela que teria sido adotada pelo seu antecessor, Barack Obama.

Durante os seus mandatos, a administração de Obama optou por uma postura mais passiva, no sentido em que a sua abordagem estava assente numa paciência estratégica, tal como já foi mencionado. É relevante mencionar que, já após ter iniciado o seu mandato, Donald Trump apontou críticas à administração de Obama relativamente às medidas tomadas em relação à Coreia do Norte (Conesa, 2019).

O ano de 2017 foi um ano marcado por vários picos de tensão entre os Estados Unidos e a Coreia do Norte. Logo nos primeiros meses de administração de Donald Trump, a Coreia do Norte realizou diversos testes de mísseis, quer de médio alcance quer de alcance intercontinental. A comunidade internacional não se demonstrou indiferente. A 5 de agosto o Conselho de Segurança das Nações Unidas apresentou a Resolução 2371 (Conselho de Segurança das Nações Unidas, 2017), que englobava um acréscimo de sanções à Coreia do Norte, como resposta aos testes de mísseis intercontinentais. As sanções colocadas nesta resolução tinham como finalidade criar pressão na Coreia do Norte, de modo a desencorajar a continuação dos testes. As restrições descritas envolviam a proibição da exportação de carvão, assim como a limitação das exportações de ferro e minério que representavam uma importante fonte de rendimento para a Coreia do Norte. O intuito das Nações Unidas, com esta sanção, era tentar reduzir a capacidade da Coreia do Norte de financiar os seus programas nucleares e de desenvolvimento de mísseis, dificultando o acesso ao financiamento necessário para continuar os seus testes.

Ainda no mês de agosto, Pyongyang ameaçou atacar Guam, território dos Estados Unidos onde se encontra localizada uma base militar americana, Donald Trump de seguida afirmou que se necessário os EUA iriam responder à Coreia do Norte com “fogo e fúria” (Sevastopulo & Donnan, 2017).

A 3 de setembro de 2017, após mais uma realização de testes de mísseis balísticos por parte da Coreia do Norte. O teste nuclear realizado no dia mencionado corresponde ao teste de uma bomba de hidrogénio para um míssil balístico, que aparentemente teria capacidade para atingir território americano, sendo este o primeiro teste realizado após a tomada de posse de Donald Trump e também o mais intenso, Trump não tardou em condenar o mesmo. A 11 de setembro, como resposta aos testes realizados, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aplicou novas sanções à Coreia do Norte, essas sanções incluíam restrições bastante significadas que abrangiam questões como a limitação máxima para as exportações de petróleo bruto, proibição de exportações de gás natural e condensado, restrições

às exportações têxteis, assim como a proibição de contratar trabalhadores norte coreanos que residiam no exterior (Conselho de Segurança da Nações Unidas, 2017). Assistimos também a uma sanção que exigiu o congelamento de ativos de indivíduos, tal como as entidades envolvidas nos programas nucleares e de mísseis, estas medidas serviam para dificultar ainda mais o acesso a fundos que poderiam ser usados para apoiar atividades do regime no âmbito dos programas nucleares (Conselho de Segurança da Nações Unidas, 2017)

Poucos dias depois, a 15 de setembro, a Coreia do Norte lançou um míssil que passou sob Hokkaido, uma ilha japonesa e sob o Oceano Pacífico (Park, 2017). O míssil percorreu uma distância de aproximadamente 3700 km, distância essa que seria suficiente para atingir Guam, território esse que em agosto, tal como já foi referido, Pyongyang teria ameaçado atacar. O então presidente dos EUA, reforçou, ainda, que os EUA, caso fossem forçados a tal, se iriam defender a si e aos seus aliados, ameaçando destruir totalmente a Coreia do Norte (Trump, 2017).

É importante ressaltar que as sanções só teriam efeitos caso se observassem esforços diplomáticos e se os Estados-Membros da Organização das Nações Unidas implementassem as sanções delineadas.

Ainda que, os testes de mísseis fossem alvo de críticas e de preocupações por parte da comunidade internacional, a resposta de Trump também causou desagrado generalizado, visto que, além do comentário ser de uma natureza extremamente provocatória, este foi realizado na 72ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Consequentemente, assistimos a uma resposta de Kim Jong Un, que além de insultar diretamente o então presidente dos Estados Unidos, também ameaçou lançar uma contramedida ao nível da ameaça realizada pelo mesmo (Kim Jong Un, 2017). Além das preocupações geradas ao nível internacional, também a Opinião Pública americana revelou que receio sobre a possibilidade de um ataque da Coreia do Norte aos Estados Unidos da América (Conesa, 2019).

Analisando o ano de 2018, de uma forma geral, podemos observar que as relações entre ambos os países começaram a demonstrar algumas melhorias. Começamos a observar uma alteração do clima diplomático e assistimos à realização de duas cúpulas históricas que contaram com a participação dos dois líderes.

A Cimeira de Singapura ocorreu a 12 de junho de 2018 e, para além de demonstrar abertura para melhorar a diplomacia, também demarcou os primeiros passos para as negociações da desnuclearização da Península Coreana. A Cimeira marcou um encontro histórico entre Donald Trump e Kim Jong Un, sendo os principais objetivos da sua realização foram, então, a discussão da desnuclearização da Península Coreana e a análise de mecanismos para melhorar as relações bilaterais.

O processo de desnuclearização era complexo e levaria bastante tempo a negociar, por outro lado, demonstrava ser possível o alcance da desnuclearização por uma via pacífica e através do diálogo.

No decorrer da Cimeira foram realizadas várias, assim como discussões privadas entre os líderes, onde ambos se comprometeram a trabalhar para uma relação pacífica e duradoura. A Cimeira de Singapura iria ajudar a construir uma base dos termos em que seriam realizadas as próximas negociações.

Durante a Cimeira, assistimos a uma mudança da postura de Donald Trump, demonstrando que priorizava mudar o rumo das relações com Kim Jong Un. Após as conversações entre Trump e Kim, o então presidente dos Estados Unidos revelou que Kim Jong Un teria demonstrado consenso e que iria cooperar na desnuclearização da Península Coreana (Conesa, 2019). Uma das questões que também demonstrou a vontade mútua de melhorar as relações, foi o comunicado em que o líder coreano se comprometeu repatriar os restos mortais de soldados americanos, que se encontravam desaparecidos desde a Guerra da Coreia (Klingner, 2018). Além disso, Trump também demonstrou que estariam dispostos a ajudar a Coreia do Norte a atingir o mesmo desenvolvimento económico que a Coreia do Sul. Porém, não foram revelados detalhes concretos ou medidas que iriam ser aplicadas para conseguir atingir o objetivo. Consequentemente, ainda que o encontro entre Trump e Kim tenha sido positivo, a realidade é que as vagas informações sobre como se iria ser conduzido o processo de desnuclearização da Península Coreana criaram algumas dúvidas sobre se de facto este seria levado para a frente (Park, 2018).

No comunicado conjunto que os dois líderes fizeram na Cimeira, conseguimos ter a perceção do quão vago seria o esclarecimento sobre os procedimentos que iriam ser tomados para o alcance do objetivo final, sendo que o comunicado não teve qualquer referência a armamento nuclear, a armas biológicas ou químicas, assim como não foi abordado as questões dos direitos humanos (Park, 2018). No que toca aos direitos humanos, Trump optou por uma posição diferente daquela que afirmou que iria ter durante a Cimeira, este afirmou numa entrevista para a ABC News que não iria abordar os direitos humanos com Kim enquanto as negociações com a Coreia continuarem a ser realizadas de forma assertiva (Park, 2018).

Num ponto de vista geral, a Cimeira de Singapura foi um passo bastante importante na diplomacia bilateral de ambos os países, por outro lado, em termos práticos não ocorreram grandes avanços. Podemos denotar, também, uma relação distante, até mesmo na compreensão de certos conceitos como desnuclearização, para Kim Jong Un, a desnuclearização só iria ser possível quando os membros das Nações Unidas, incluindo os Estados Unidos também o fizessem (Klingner, 2018). Não foi

definida qualquer agenda ou qualquer medida específica, tal como já foi mencionado, mas atenuou as tensões criadas em 2017 e trouxe um clima de tranquilidade na comunidade internacional.

Em setembro de 2018, o então Secretário de Estado dos Estados Unidos, Mike Pompeo, juntamente com a sua equipa, visitaram Pyongyang. O principal objetivo era iniciar a primeira negociação sobre os temas discutidos na Cimeira (Park, 2018). Mike Pompeo reuniu-se com o líder coreano, assim como com os altos funcionários do governo da Coreia do Norte.

Durante esta visita foram abordadas questões já com algum detalhe, foi pedido pelo Secretário de Estado um inventário nuclear completo, que incluía o número de armas nucleares, as instalações e materiais nucleares, de modo a ter uma base por onde começar as negociações (Park, 2018). Além disso, foi exigido que se estabelecesse medidas de verificação que permitissem perceber se a Coreia do Norte estava a cumprir aquilo que lhe era pedido, essas medidas de verificação poderiam incluir inspeções e monitoramento das atividades nucleares, como também ter abertura para aceder a dados relevantes sobre o programa nuclear (Park, 2018). Outra questão que foi abordada durante este encontro, foi a necessidade de definir uma cronologia e as etapas para o processo de desnuclearização. Por outro lado, a Coreia do Norte também apresentou algumas exigências, nomeadamente a suspensão das sanções económicas, a declaração do fim da Guerra da Coreia e exigiu segurança em relação às ameaças americanas. Relativamente à declaração do fim da Guerra da Coreia, Kim Jong Un acreditava que a declaração seria importante para garantir segurança e traria mais estabilidade. Porém, tanto os Estados Unidos como a Coreia do Sul, olharam para a declaração do final da Guerra da Coreia não como um mecanismo para a desnuclearização, mas como um efeito da mesma. No que diz respeito à suspensão de sanções das económicas, sanções essas que impedem o desenvolvimento económico da Coreia do Norte, tanto na perspetiva da comunidade internacional, como na perspetiva específica dos Estados Unidos, as sanções só poderiam ser levantadas caso os motivos pelos quais estas foram aplicadas fosse corrigido (Park, 2018). Esta problemática tornou-se motivo de desacordo, tendo em conta que a Coreia do Norte via o levantamento das mesmas como uma motivação para avançar com o processo.

É verificado que não ocorreram desenvolvimentos, simplesmente foram apresentados, durante este encontro, exigências de ambas as partes. Ainda que ficasse evidenciado quais os interesses estes teriam de ser negociados. O que foi evidenciado é que havia uma grande disparidade de posições e de perspetivas entre os países.

O ano de 2018 foi um ano de melhorias em que, não só, assistimos a melhorias significativas nas relações bilaterais entre a Coreia do Norte, como também, a um alívio no clima de tensão da própria

Península. Neste sentido, tanto a Coreia do Norte como a Coreia do Sul comprometeram-se a realizar esforços mútuos para resolver os problemas consequentes da divisão da Península Coreana, desnuclearizar a Coreia, participar conjuntamente nos Jogos Olímpicos (Cumings, 2020), assim como se uniriam na tentativa de recuperar os restos mortais dos militares americanos que participaram na Guerra da Coreia. Neste sentido, é demonstrada uma tentativa mútua de alcançar um clima de paz e estabilidade, para que a possibilidade de uma guerra na Península Coreana desvaneça.

É, no entanto, no ano de 2019 que assistimos a um retrocesso nestes avanços nas relações bilaterais dos EUA com a Coreia do Norte, não que tenha ocorrido um rompimento dos avanços feitos nas negociações entre os dois países, mas foi perceptível uma alteração de ambiente entre ambos, surgindo alguma tensão resultante da dificuldade de encontrarem consenso.

O segundo encontro entre Trump e Kim Jong Un ocorreu em fevereiro de 2019, em Hanói, no Vietnã. Mais uma vez, o encontro foi realizado com o objetivo de continuar as negociações do processo de desnuclearização, assim como uma nova tentativa de estabelecer mecanismos concretos para atingir o final do processo com sucesso. Porém, o encontro terminou de forma repentina e sem definição de nenhum acordo (Esteban, 2019). O que motivou o final abrupto deste encontro foi o forte desacordo entre ambas as partes. A realidade é que, mais uma vez, Kim Jon Un solicitou o levantamento imediato das sanções com o compromisso de anulação de algumas partes do seu programa militar. Por outro lado, a administração de Trump ambicionava que fossem dados maiores passos no processo de desnuclearização, além disso, o líder da Coreia do Norte, que se teria comprometido a desmantelar a instalação nuclear em Yongbyan, não entregou as armas nucleares armazenadas no mesmo (Esteban, 2019).

O encontro terminou de forma repentina, sem uma conclusão ou assinatura de acordo, não sendo feita nenhuma declaração conjunta. A forma como o encontro terminou fez com que se desse um retrocesso no trabalho para melhorar as relações entre ambos os países.

Em junho de 2019, Donald Trump e Kim Jong Un reúnem-se na Zona desmilitarizada da Coreia do Norte. O principal objetivo desta reunião era demonstrar que a boa vontade em trabalhar para atingir boas relações diplomáticas continua. Neste sentido, o encontro teve um cariz simbólico, visto que as conversações se centraram na retoma das negociações. Donald Trump foi, assim, o primeiro presidente norte-americano a visitar Panmunjon, representando um momento histórico para o mundo (Conesa, 2019).

É importante referir que face à Pandemia do Covid-19 as negociações estagnaram no ano de 2020. Ainda que o diálogo não fosse totalmente interrompido, a realidade é que os progressos nas

negociações para a desnuclearização da Península Coreana foram muito poucos. Desde que se iniciaram as conversações, tal como foi demonstrado, as negociações não foram desenvolvidas como esperado, devido a todas as divergências e dificuldade de encontrar um consenso.

Os resultados destes esforços conjuntos para melhorar as relações diplomáticas entre os EUA e a Coreia do Norte, assim como a vontade mútua de estabilizar as tensões na Península Coreana, tiveram impacto na comunidade internacional. Deste modo, torna-se relevante tentar perceber quais os resultados e as reações ao nível internacional e que consequências, positivas ou negativas, foram geradas pelas negociações de ambos os países. É importante referir que, o impacto da desnuclearização é transcendente às relações bilaterais e tem implicações diretas no equilíbrio da segurança global. Neste contexto, irão então ser analisadas as diversas implicações das negociações, tanto ao nível global como no contexto geopolítico, onde será dado ênfase à posição da Coreia do Sul, sendo que estes são os principais interessados no progresso positivo das negociações, fora a Coreia do Norte e os EUA.

A União Europeia, ainda que tivesse surgido alguma pluralidade nas preocupações entre os seus Estados Membros, demonstrou apoiar os esforços para resolver a questão nuclear da Península Coreana (Expresso, 2018). Durante as negociações, a União Europeia sempre teve uma postura pró-diálogo e diplomacia, no entanto, na fase em que Trump adotou uma postura de negociação assente na pressão máxima, a UE demonstrou preocupação com a retórica utilizada. É, ainda, importante lembrar que a União Europeia concordou com as sanções aplicadas pelo Conselho de Segurança da ONU.

Tal como foi anteriormente mencionado, a Coreia do Sul é um dos principais interessados no sucesso das negociações relativas ao processo de desnuclearização. Neste contexto, desde que se iniciaram as negociações que a Coreia do Sul demonstrou vontade de ter um papel ativo, de modo a facilitar e simplificar o progresso. Assim sendo, a Coreia do Sul optou por retomar as conversações com a Coreia do Norte (Klingner, 2018). Além disso, representou o papel de intermediário nas negociações, estabelecendo uma ponte de comunicação entre a Coreia do Norte e os Estados Unidos da América. A Coreia do Sul propôs o Plano de Paz e Prosperidade que procurava fortalecer os laços entre as duas Coreias, que abrangiam também a cooperação económica através da construção de infraestruturas conjuntas e cooperação em projetos. Além da promoção do diálogo, os Jogos Olímpicos de 2018 também refletiram a vontade da Coreia do Sul para melhorar as relações com a Coreia do Norte (Cumings, 2020).

Outro país que demonstrou apoio à diplomacia e incentivou o diálogo foi a Rússia, no entanto, também apresentou críticas relativamente à abordagem adotada pelos Estados Unidos da América. Neste sentido, a Rússia deu ênfase à importância de encontrar soluções através da participação de todas as

partes interessadas na negociação (Klingner, 2018). Além disso, também propôs que os Estados Unidos e a Coreia do Sul suspendessem os testes e exercícios nucleares.

Relativamente às críticas apresentadas, o governo russo apontou preocupações relativas à abordagem de pressão máxima adotada pela administração de Trump, visto que, suscitaram ameaças de ação militar que possibilitaram o aumento das tensões.

No caso da China, tendo em conta o interesse geoestratégico e a relevância da estabilidade da Península Coreana para a segurança regional. O governo chinês também demonstrou aprovação à tentativa de melhorar as relações através de conversações. Tal como a Rússia, também propôs a suspensão mútua das atividades nucleares da Coreia do Sul e dos EUA (Klingner, 2018). Um dos contributos mais relevantes da China para as negociações passou pelo seu compromisso de fornecer apoio económico, de modo a incentivar a desnuclearização (Jiangtao, 2021).

Neste sentido, conseguimos concluir que a comunidade internacional, de uma forma geral, demonstrou apoio às conversações entre os dois países. Ainda que em alguns momentos fosse demonstrada reprovação face à forma como a administração de Trump inicialmente queria conduzir as negociações, a realidade é que o antigo Presidente dos Estados Unidos obteve, de uma forma geral, aprovação na tentativa de guiar o processo de desnuclearização pela via do diálogo. Podemos, assim, retirar, ainda que não fossem feitos grandes progressos e tomadas medidas significativas, as relações bilaterais entre os Estados Unidos e a Coreia do Norte representaram um importante papel na estabilização de algumas tensões na Península Coreana, sendo relevantes para as conversações entre as duas Coreias.

Aqui conseguimos, mais uma vez, denotar a preferência da administração de Trump em trabalhar nas suas relações bilaterais, mesmo que durante o seu mandato se tenham denotado situações de tensão com o líder coreano, este sempre se demonstrou predisposto a melhorar as suas relações diplomáticas e a trabalharem em conjunto para a desnuclearização da Península Coreana. É importante referir que, após o término do mandato de Donald Trump, as tentativas de negociação à desnuclearização continuaram sem levar a resultados, fracassando igualmente. Podemos ainda acrescentar que ocorreu um retrocesso nas relações diplomáticas entre ambos os países.

4.2 - AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E A RÚSSIA

As relações entre os Estados Unidos da América e a Rússia são conhecidas como frágeis, já de uma forma enraizada. Isto deve-se ao facto de ambos serem potências que se encontram constantemente em concorrência e que defendem ideais diferentes, quer nas questões económicas, da

globalização e do multilateralismo. Tendo em conta que ambos os países possuem das maiores forças militares do mundo, sempre que acontecimentos de tensão sucedem entre os dois as consequências sentem-se ao nível internacional, como sucedeu durante a Guerra Fria.

Tendo em conta a temática do projeto de investigação, iremos analisar as relações entre os Estados Unidos e a Rússia durante o mandato da administração de Trump, assim como as relações entre ambos os presidentes.

Antes de analisarmos as relações entre ambos os países, é importante referir que, durante os quatro anos de presidência de Donald Trump, a relação do mesmo com Putin foi bastante atribulada, na medida em que foram demonstradas à comunidade internacional, mudanças acentuadas na postura dos ambos.

Donald Trump, enquanto candidato à presidência pelo Partido Republicano, teceu elogios a Putin e reconheceu a importância de estabelecer boas relações com a Rússia. Por outro lado, Putin, congratulou Trump pela presidência, pouco tempo após a sua eleição, sendo um dos primeiros líderes a fazê-lo e a demonstrar que era do seu interesse estabelecer boas relações com os Estados Unidos da América (Bodner, Matthew 2020).

De facto, foi demonstrado por Putin, um certo agrado com a eleição de Trump, não só pelos comentários positivos que lhe foram atribuídos pelo mesmo. Neste sentido, os motivos que levaram Putin a demonstrar apoio, desde a fase de campanha eleitoral, deveram-se a diversos acontecimentos e demonstrações de ideias defendidas por Donald Trump. Primeiramente, ambos tinham a mesma opinião em relação a políticas externas, nomeadamente Trump não condenou a anexação da Crimeia, isto antes das eleições (Mcfaul, 2016), causando um desagrado generalizado. O desagrado prolongou-se, já depois da sua tomada de posse, principalmente por parte dos seus aliados da União Europeia, tal como já foi anteriormente mencionado. É importante lembrar que Putin demonstrou uma postura bastante intransigente em relação à adesão de países fronteiriços com a Rússia à NATO. A postura mais isolacionista, o desagrado demonstrado pela administração de Trump em relação ao multilateralismo, como foi evidenciado anteriormente, era algo que favorecia os interesses da Rússia. Tendo em conta estes aspetos e, recaído sobre aquilo que Hillary Clinton defendia, foi clarificado o porquê de Putin e os próprios media russos apoiarem a candidatura de Trump, visto que, Clinton não demonstrava interesse em seguir a mesma postura relativamente à Crimeia e ao multilateralismo, numa forma generalizada. Além disso, Hillary Clinton fora Secretária de Estado da administração de Obama, o que deixava uma ideia, desde logo, mais bem definida sobre como seria a sua administração, caso ganhasse as eleições (Mcfaul, Michael 2016).

Esta antipatia russa para com a candidata do Partido Democrático foi marcada pelo escândalo da influência de hackers russos na aparente manipulação das Eleições Presidenciais americanas de 2016. Durante a campanha eleitoral, o Comitê de Campanha do Congresso Democrata e o Comitê Nacional Democrata foram alvos de ciberataques que resultaram na divulgação de informações sigilosas. Além disso, os hackers russos utilizaram as plataformas Twitter, Facebook, YouTube e Instagram para a publicação de propaganda em prol do candidato republicano e contra Clinton (Abrams, Abigail 2019). Neste sentido, foi iniciada uma investigação, coordenada pelo procurador Robert Mueller, com o intuito de reunir provas sobre a alegada interferência russa nas eleições norte-americanas, que seriam feitas com intuito de favorecer Trump. Assim sendo, um dos primeiros comunicados realizados por Mueller abordou de que forma é que os hackers russos teriam conseguido aceder a bancos estatais de dados de eleitores, o que foi concluído na investigação é que, de facto, sites de registo de eleitores e sites estaduais foram hackeados, porém, não ocorreu nenhuma alteração dos votos (Abrams, Abigail 2019). Em julho de 2018, Mueller revelou numa conferência de imprensa que 12 cidadãos russos foram indiciados por terem participado num ciberataque ao sistema eleitoral dos Estados Unidos, ataque esse onde foram acedidos dados de 500 000 eleitores de um dos Estados dos EUA, dados como os nomes, as moradas, números de cartas de condução, assim como datas de nascimento (Abrams, Abigail 2019).

Para além da invasão, clara, de informações pessoais de eleitores, também representaram uma grande ameaça para a democracia, visto que, além do acesso às informações referidas, também conseguiram aceder a dados restritos das infraestruturas eleitorais americanas e, segundo o comunicado de Mueller, estes podiam, na menor das hipóteses, ter alterado ou mesmo excluído dados de cidadãos americanos.

Uma das questões que surge sobre a alegada manipulação da campanha eleitoral americana pelos russos trata-se de como foi feita essa mesma manipulação. Uma das formas que os russos utilizaram foi através da realização de ciberataques à equipa de Hillary Clinton. O ciberataque foi realizado via email, onde através de um link, que quando acedido por algum membro da equipa da democrata, iria ceder aos agentes russos acesso às suas contas de email. Com este ataque conseguiram aceder a milhares de emails de membros da equipa de campanha eleitoral, inclusive os de John Podesta, presidente da campanha (Abrams, 2019). Para além da equipa da campanha eleitoral de Hillary, o Departamento Central de Inteligência Russo acedeu, também, a milhares de emails e documentos relacionados com o Comitê de Campanha do Congresso Democrata. As informações que conseguiram reunir foram também divulgadas através do WikiLeaks onde, segundo Mueller, foram expostos mais de 20.000 emails roubados e relacionados com a campanha eleitoral. Ao que tudo indica, Trump terá

beneficiado com estas divulgações confidenciais, apesar de nunca se ter encontrado algo que relacionasse o antigo presidente dos Estados Unidos com os ataques realizados à campanha democrata (Abrams, 2019).

Estes ataques russos geraram, como seria expectável, uma enorme contestação americana, sendo um ataque bastante direto, não só ao país como a todo o sistema político e democrático dos Estados Unidos da América. Porém, não se conseguiu comprovar ligações de Trump a estes ciberataques, nem aos interesses dos russos para influenciar a política doméstica americana.

Um dos fenómenos internacionais que deixou os americanos e a Opinião Pública incerta no que toca às relações dos EUA com a Rússia, durante a presidência de Trump, foi a sua postura em relação à anexação da Crimeia. Neste sentido, Trump não condenou as ações da Rússia contra a Ucrânia, antes mesmo da campanha eleitoral, tal como já foi referido anteriormente, contudo, Nikki Haley, a embaixadora da Organização das Nações Unidas (ONU) dos Estados Unidos da América, condenou as ações russas na Ucrânia.

Durante a reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas em fevereiro de 2017, Haley acusou a Rússia de continuar a cometer ações ilegais para com a Ucrânia e afirmou que os EUA iriam continuar a punir a Rússia com sanções. Um dos assuntos tratados nesta reunião foi o bloqueio realizado pela Rússia a três navios ucranianos que atravessavam o estreito de Kerch, atacando os navios e ferindo 6 marinheiros, sendo que os navios ficaram, posteriormente, sob custódia Russa (Morello, 2018). Nikki Haley criticou a Rússia, acusando-a de tomar medidas que demonstravam arrogância e de destabilizar a segurança internacional. Donald Trump apoiou a postura de Haley e afirmou que os Estados Unidos estavam descontentes com os acontecimentos. Apesar de ser algo positivo, até para os seus aliados da NATO, não era expectável que a administração de Trump continuasse com as sanções contra a Rússia, tendo em conta o contexto (Morello, 2018).

Em abril, Nikki Haley condena os ataques realizados com armas químicas na Síria, ataques esses realizados pelo regime de Bashar al-Assad, que contava com o apoio do governo russo, afirmando que tanto o regime de Assad, como também a Rússia e o Irão, não tinha qualquer interesse em estabelecer a paz (Morello, 2018). Dias depois destas afirmações, os Estados Unidos realizaram o ataque míssil no local onde teriam partido os ataques com armas químicas. Após todos estes acontecimentos, Donald Trump afirma numa conferência de imprensa que as relações com a Rússia se encontravam instáveis e negativas. Putin, demonstrou concordar com estas afirmações, acrescentando que a postura dos EUA era uma postura anti Rússia.

Após este ataque dos Estados Unidos, Trump consegue as primeiras manchetes positivas na comunicação social americana quando aborda as relações com a Rússia.

Em julho de 2017, na cimeira dos G20 em Hamburgo, os dois presidentes puderam, pela primeira vez, reunir-se presencialmente. Durante as suas interações públicas, demonstraram uma postura simpatizante e cordial, chegando mesmo a reunir em privado. Ambos afirmaram que as discussões teriam corrido de forma positiva, abordando as problemáticas da Ucrânia, Síria e outros assuntos relacionados com as relações entre a Rússia e os Estados Unidos da América (Dewan, 2017). O feedback deste encontro foi positivo por parte de ambos e Trump afirmou que o diálogo entre os dois presidentes gerava uma perceção otimista sobre o futuro das relações bilaterais.

Nesse mesmo mês, o Congresso dos Estados Unidos da América aprovou novas sanções contra a Rússia, tendo como principais motivos a alegada interferência nas eleições presidenciais de 2016, os ataques contra a Ucrânia e por apoiar o governo de al-Assad, fornecendo armamento. As sanções deveram-se aos ciberataques anteriormente mencionados que foram realizados em nome do governo russo, por compactuar com violações dos direitos humanos, pela realização de transferências de montantes elevados para agências de defesa e inteligência russa, por praticar atos de corrupção, por apoiar o Governo sírio na aquisição de armas e o investimento de vários montantes em gasodutos de exportação de energia Russa (Dewan, 2017). Estas sanções, para além de aplicadas à Rússia, também foram aplicadas ao Irão e à Coreia do Norte. Trump não conseguiria reverter as sanções, tendo em conta que foram aprovadas pelo Congresso. Estas punições tinham como intuito sancionar setores relevantes da economia russa, como a exploração mineira, metalúrgica e o setor de transportes, tanto o marítimo como os de caminho de ferro (Gambino, Lauren & Borger, Julian 2017). As sanções foram, assim, aprovadas pela administração de Trump e colocadas em vigor.

Como seria expectável, Putin reagiu às sanções aplicadas à Rússia. Após a aprovação das mesmas, o Ministério dos Negócios Estrangeiros russo exigiu aos Estados Unidos que diminuíssem a quantidade de profissionais diplomáticos americanos na Rússia, assim como revelou que iriam proceder a confiscar duas propriedades diplomáticas americanas. Isto iria resultar numa redução de profissionais para 455, sendo este o mesmo número que a Rússia tem representados nos EUA (Burrows, Emma; Croft, Jay & Prior, Ryan 2017).

Como consequência, os Estados Unidos da América acabam por retaliar, a administração de Trump impõe à Rússia que encerre o seu consulado em São Francisco e duas sedes diplomáticas, sediadas em Nova Iorque e Washington. Estas imposições causaram más reações por ambas as partes

e neste ponto assistimos a um novo atrito nas relações bilaterais entre a Rússia e os Estados Unidos da América (Landler, Mark & Harris, Gardiner 2017).

Em fevereiro do ano de 2018, Robert Mueller oficializa as primeiras acusações a 13 cidadãos e 3 firmas russas, essas acusações sustentavam que estes tinham cometido ações de conspiração contra os Estados Unidos da América, por outro lado, nenhum cidadão americano foi indicado nesta investigação, deixando cada vez mais para trás a ideia da cooperação de Donald Trump com Moscovo (Swaine, 2018).

Poucos meses depois, em abril, ocorre um ataque químico na cidade de Duma, causando a morte de 40 pessoas. Tanto os Estados Unidos como os seus aliados da NATO, condenaram, mais uma vez, o apoio russo ao regime sírio pelo ataque, deixando claro que a retaliação seria uma opção. Uma semana depois desta ocorrência, os Estados Unidos, a França e o Reino Unido realizaram um ataque a um local de armazenamento de armas químicas (Borger, 2018). É importante referir que, pouco antes destes acontecimentos, Donald Trump teria parabenizado Putin pela vitória nas eleições, deixando intenções de se reunir com o presidente russo num futuro próximo (Taylor, 2019).

Tal como foi, de certo modo, previsto por Trump, os presidentes dos dois países reuniram-se pela terceira vez na cidade de Helsínquia, onde Donald Trump demonstrou um certo apoio à Rússia relativamente à alegada interferência na campanha eleitoral de 2016 (Taylor, 2019). Como seria expectável, esta abordagem, do então presidente dos Estados Unidos, não foi bem recebida por Washington, resultando numa reformulação feita por Trump, relativamente às próprias palavras utilizadas nesta afirmação. Outro dos motivos pelos quais a postura de Donald Trump foi vista de forma negativa, deve-se ao facto de dias antes da sua reunião com Putin, Mueller ter apresentado novas acusações formalizadas, desta vez contra 12 agentes russos (Mazzetti & Benner, 2018). Esta acusação teria como base o envolvimento desses agentes em alguns ciberataques realizados durante a campanha eleitoral de 2016.

Robert Mueller anuncia, em março de 2019, o término das investigações da alegada interferência russa na campanha de 2016 e revelou que não foram encontradas evidências que Donald Trump teria estado envolvido (Herb & Jarrett, 2019).

Uma das conclusões que podemos retirar, é que a Opinião Pública americana demonstrava bastante descontentamento sempre que Donald Trump tecia algum tipo de comentário positivo a Putin, deixando também algumas incoerências nos discursos de Trump, visto que, várias vezes denotamos que em curtos espaços de tempo este altera as ideias base daquilo que transmitiam de modo a tentar conseguir feedback positivo por parte dos americanos.

Outro fator que marcou as relações bilaterais entre os Estados Unidos e a Rússia, foi o comunicado de Donald Trump relativamente à saída do Tratado de Forças de Alcance Intermediário (INF) (Borger, 2019). Este tratado foi assinado por Ronald Reagan e por Mikhail Gorbachev em 1987, a entrada em vigor deste tratado protegia a possibilidade da Europa ser alvo de ataques de mísseis nucleares. Em outubro de 2018, Donald Trump anunciou a retirada do Tratado, alegando que a Rússia não respeitava o tratado, sendo formalizada em agosto de 2019 (Borger, 2019). Posteriormente, de forma a retaliar as ações dos Estados Unidos contra a Rússia, Putin anuncia a suspensão oficial do Tratado (Ilyshina, Guy & Jiang, 2019).

Durante a administração de Donald Trump, as relações com a Rússia podem ser descritas como instáveis. Ao longo da sua presidência, assistimos a variados momentos em que ambos os presidentes demonstravam uma postura positiva sobre as perspectivas futuras das suas relações. Contudo, o que realmente aconteceu é que a instabilidade e os momentos de tensão entre os dois países predominaram, sustentadas, principalmente, pela manipulação e pelos ciberataques realizados durante a Campanha Eleitoral de 2016, as novas sanções impostas à Rússia e a retirada de ambos os países do INF.

4.3 - O RECONHECIMENTO DE JERUSALÉM COMO CAPITAL DE ISRAEL

A definição do estatuto de Jerusalém é uma problemática que perdura há quase um século, sendo um tema sensível e de uma grande complexidade, o principal objetivo da comunidade internacional é arranjar uma solução duradoura. Neste sentido, o mecanismo que, no parecer da maioria da comunidade internacional, aparenta ser o melhor para atingir esse objetivo é promover o diálogo entre as partes, mantendo neutralidade. Assim, ainda que a soberania de Jerusalém seja disputada por ambos os países, a realidade é que esta não será reconhecida até o conflito ser resolvido.

No ano de 2016, quando ainda candidato, Donald Trump não demonstrou qualquer problema em reafirmar a sua postura pró Israel, usando uma retórica vista pela comunidade internacional como imprudente. Neste sentido, uma das questões mais problemáticas abordadas por Trump, relativamente às tensões entre Israel e a Palestina, foi a promessa de reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel.

Assim, será realizada uma análise da postura de Trump enquanto candidato, como presidente e quais as consequências das suas decisões num ponto de vista internacional e geopolítico. Posteriormente, o fenómeno irá, também, ser analisado sob o direito internacional, onde a viabilidade das decisões do antigo presidente dos Estados Unidos será examinada.

Durante a sua campanha eleitoral, Donald Trump apostou em adotar, numa fase inicial, uma postura neutral relativamente à questão de Jerusalém (Cortellessa, E. 2016). Porém, a sua postura rapidamente se alterou e a posição de Trump foi revelada de forma bastante clara. Donald Trump afirmou que, caso fosse eleito presidente, iria salvaguardar os interesses de Israel da imposição de um acordo de paz com a Palestina (Eriksson, 2018). No entanto, a afirmação que gerou mais controvérsia, tal como já foi referida, foi a promessa do candidato republicano relativamente ao reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel, acompanhada dessa promessa veio a afirmação de que uma das suas ações seria a transferência da embaixada dos Estados Unidos da América de Telavive para Jerusalém (Begley, S. 2016).

É importante referir, que os antecessores republicanos de Trump, como Reagan e George Bush, também clarificaram uma posição pró-Israel, no entanto, tal como em outros aspetos das políticas americanas, estes detinham uma abordagem mais assertiva, olhando para os interesses americanos numa perspetiva a longo prazo (Rashid, I. 2018). Outra questão que comprova a pessoalização de Trump na gestão das tensões entre Israel e a Palestina foram as nomeações realizadas pelo mesmo já enquanto presidente. Nomeou David Friedman, seu advogado especializado em direito falimentar como embaixador em Israel e Jason Greenblatt, especializado em direito imobiliário, como enviado para as negociações Israel-Palestina (Eglish, 2018). Além dessas nomeações, Trump tornou o seu genro, Kushner, supervisor das negociações.

Em dezembro do ano de 2017, Donald Trump faz o anúncio oficial da mudança da embaixada para Jerusalém, tornando essa a mais impactante das medidas americanas em relação à Palestina (Khalidi, 2018). O facto de ter colocado em prática a medida prometida em campanha, fez com que Trump utilizasse a transferência da embaixada como ferramenta de diferenciação face a outros candidatos, aproveitando para sustentar os seus discursos populistas.

Uma das estratégias do antigo presidente dos EUA que conseguimos destacar, foi a preferência pelas declarações mais vagas, relativamente a este assunto, para que conseguisse, apesar da sua atuação, dispor de uma margem de manobra ampla o suficiente para gerir as suas políticas.

É importante mencionar que a sua atuação, relativa à transferência da embaixada para Jerusalém, gerou bastante controvérsia internacional, sendo uma decisão apontada por muitos Estados como imprudente. Ainda no mês de dezembro, a União Europeia reafirmou a sua posição, afirmando que só iria fazer o reconhecimento das alterações de fronteiras precedentes ao ano de 1967, incluindo as de Jerusalém, até que estas fossem refinadas pelas partes envolvidas, assentes num acordo (European Council, 2017).

Do ponto de vista do direito internacional, a decisão de Trump sobre Jerusalém provocou reações da comunidade internacional. Foi clarificado que a sua abordagem representou uma quebra daquilo que eram as políticas americanas em relação a Israel e à Palestina, ignorando décadas de política, assim como um número considerável de resoluções realizadas pelo Conselho da ONU e assentes no direito internacional (Khalidi, 2018).

Ao longo das décadas de 60, 70 e de 80, o Conselho de Segurança da ONU e a Assembleia Geral das Nações Unidas, adotaram resoluções que determinaram que a anexação do Jerusalém Oriental por Israel em 1967 era ilegal, à luz do direito internacional (Kattan, V. 2018).

As críticas realizadas pela comunidade internacional foram muito sustentadas pela violação do direito internacional após a declaração de Donald Trump. A Liga Árabe pronunciou-se afirmando exatamente, o que foi referido, que a decisão de Trump violava o direito internacional, destacando as Resoluções 465, 476, 478 e 2334 do Conselho de Segurança da ONU. Do mesmo modo, a Organização de Cooperação Islâmica também condenou a decisão tomada pelo então presidente dos Estados Unidos da América, afirmando que eram “um ataque aos direitos históricos, legais, naturais e nacionais do povo palestino” (Organização para a Cooperação Islâmica, 2017). Além disso, durante a cúpula extraordinária em Istambul, a Organização para a Cooperação Islâmica apelou a uma reavaliação da decisão tomada por Trump.

Representando o Grupo Árabe, o Egito apresentou projeto de resolução do Conselho de segurança, demonstrando a sua posição assim como a do Grupo como um todo. Neste sentido, o projeto mencionava que o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel não tinha qualquer validade jurídica. Além disso, foi apelado à comunidade internacional que fosse seguida a Resolução 418 do Conselho de Segurança, sendo que esta resolução surgiu no ano de 1980 após o Parlamento israelense declarar Jerusalém como capital unificada de Israel (Kattan, V. 2018). A Resolução 418 apelava aos Estados a não estabelecerem as suas embaixadas em Jerusalém, de modo a não fazer o reconhecimento de Jerusalém como capital. Desta forma, o Conselho de Segurança frisou a importância das negociações pacíficas entre ambas as partes serem o único mecanismo apoiado para encontrar uma solução.

Foi realçada, também, a importância do cumprimento, por parte de todos os Estados, das resoluções apresentadas pelo Conselho de Segurança relativamente ao status de Jerusalém. O projeto também deu ênfase à importância em colocar em prática medidas para alcançar melhorias na promoção da paz no Médio Oriente. Sendo apenas, possível através de esforços mútuos, não só a nível regional, como também, a nível internacional (Kattan, V. 2018). O Conselho defendia, por conseguinte, que os Estados seguissem as resoluções da Organização das Nações Unidas, expressas no princípio de “Terra

pela Paz”, terminando assim com a ocupação israelense, que teve o seu começo no ano de 1967. Por fim, o Conselho de Segurança afirmou a intenção de manter o seu compromisso relativamente ao seu envolvimento na questão (Nações Unidas, 2017).

A União Europeia também demonstrou uma posição contrária à decisão de Trump, enfatizando que as negociações de paz devem abordar todas as questões relacionadas ao status de Jerusalém como a futura capital de dois Estados. Assim sendo, a União Europeia só iria reconhecer as mudanças nas fronteiras anteriores a 1967, incluindo Jerusalém, se forem acordadas pelas partes envolvidas (Serviço Europeu de Ação Externa, 2016). Por sua vez, o Reino Unido também se demonstrou em concordância com as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, rejeitando a ação tomada por parte do antigo presidente dos Estados Unidos da América.

A 19 de dezembro de 2017, a embaixadora americana das Nações Unidas, Nikki Haley, afirmou na Assembleia Geral das Nações Unidas e legitimidade dos Estados Unidos em reconhecer Jerusalém como capital e ainda referenciou que a Assembleia Geral das Nações Unidas teria assumido uma posição hostil em relação a Israel (Hansler, J. 2017). Este foi, então, o principal argumento utilizado pela então embaixadora dos EUA, afirmando que a ação da administração de Donald Trump estaria de acordo com a lei norte-americana. Além disso, de uma forma geral os cidadãos americanos demonstraram-se favoráveis a esta decisão, sendo esse o principal interesse nas tomadas de decisão de Donald Trump e uma prioridade demonstrada nas variadas vertentes da sua atuação. Uma das questões que pode ser realçada para sustentar esta posição passa mesmo pelo facto de que, durante a sua campanha eleitoral até ao momento em que Trump anunciou o reconhecimento de Israel, sempre seguiu uma retórica que demonstrava que este iria avançar com a decisão por ser a vontade do povo americano.

Os Estados Unidos também sustentaram a sua decisão afirmando que, todos os Estados detêm de soberania, sendo a escolha da localização da sua embaixada um direito seu. Além disso, também mencionaram que a Resolução 478 não impunha um cumprimento obrigatório (Kattan, V. 2018). Em terceiro lugar, os Estados Unidos sustentaram a legalidade da medida com base na Lei da Embaixada, lei essa que foi aprovada em 1995 e que se referia especificamente à transferência da embaixada norte-americana de Telavive para Jerusalém.

É importante referir que, ainda que os argumentos apresentados pelos Estados Unidos fossem válidos, estes não eram incontestáveis. A comunidade internacional manteve a sua postura relativamente à condenação feita à ação de Donald Trump. É, ainda, importante mencionar que o argumento que destaca o direito dos Estados relativamente à escolha da localização da sua embaixada é falacioso, visto que essa decisão não é de controlo absoluto do Estado (Kattan, V. 2018).

Ainda assim, a decisão de transferência da embaixada é vista como algo mais. O reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel resultou numa tremenda preocupação relativamente às consequências que poderia ter nas tensões entre a Palestina e Israel.

Em suma, a decisão de reconhecer Jerusalém como capital de Israel, realizada pela administração de Donald Trump, resultou em amplas repercussões. Assistimos a um debate dentro da comunidade internacional, ainda que a maioria dos outputs internacionais tenham sido contra a decisão tomada, sustentados pelas resoluções do Conselho de Segurança e pelo próprio direito internacional, tal como foi mencionado anteriormente.

Um dos fatores que causou um maior clima de preocupação foi a possibilidade de este reconhecimento ter colocado os esforços de paz por terra. Esta decisão causou, também, uma tensão generalizada, visto que a postura de Donald Trump demonstrou que este acreditava que ao reconhecer Jerusalém como capital de Israel estaria a dar como resolvida a problemática

Relativamente ao direito internacional, aquilo que podemos concluir é que é algo complexo, ainda que vários estados tivessem considerado que a ação violava as resoluções das Nações Unidas, tal como foi mencionado, os Estados Unidos afirmaram que estas resoluções não eram vinculativas.

Podemos ainda perceber que, além de ser uma medida revestida de polémica, também foi uma medida unilateral, que sustenta a priorização da vontade dos americanos, por parte de Trump e da sua administração, colocando mais uma vez os interesses internacionais e a estabilidade geral em prol daquilo que os cidadãos dos Estados Unidos revelam querer aprovar.

Outra das consequências resultantes desta tomada de decisão passa pela perda de credibilidade dos próprios Estados Unidos da América. Se outrora ocupavam um papel que, do ponto de vista prático, era imparcial, no sentido em que permitia a ambas as partes realizarem negociações, agora, eles tinham demonstrado uma certa intransigência face ao direito da Palestina. O resultado desta situação foi a causa de um clima de dúvida, onde várias questões foram levantadas, inclusive a possibilidade do estabelecimento de acordo entre ambas as partes.

Assim, podemos concluir que as reações gerais foram opostas à vontade demonstrada pela administração de Donald Trump e que a sua postura unilateral voltou a causar tensões na comunidade internacional.

4.4 - TRUMP E AS RELAÇÕES COM A NATO

As relações entre os Estados Unidos da América e a União Europeia, durante a administração de Donald Trump foram bastante conturbadas. A postura de Donald Trump não demonstrava estar

alinhada com os valores da União Europeia. Um dos motivos que conseguimos notar a intransigência de Trump para com a União Europeia, passa pela sua preferência pelas relações bilaterais ao invés das multilaterais. Ainda que, a União Europeia realize as suas negociações, expresse os seus outputs, como um todo, Donald Trump considera que, tendo em conta que é constituída por vários países, as negociações são multilaterais. Podemos, ainda, ressaltar novamente o tópico das negociações do TTIP e o explícito desinteresse de Donald Trump em negociar com a União Europeia.

Outra vertente que gerou discórdia entre os Estados Unidos e a União Europeia e que será posteriormente mencionada, foram as discussões em torno da NATO.

É necessário, primeiramente, reconhecer que a aliança deve ser observada sob um prisma que se divide em quatro importantes indicadores, para que conseqüentemente consigamos rever de que modo é que a administração de Trump afetou a aliança. Assim sendo, primeiro é importante tentar perceber até que ponto os Estados Unidos da América partilham o sentido de ameaça comum com os aliados, em segundo ter em consideração a importância do contributo de um poder hegemónico, neste caso os EUA, para a estabilidade da aliança, em terceiro lugar manter a consciência que as estruturas de organizações como a NATO podem ser adaptadas de modo a superar eventuais crises e, em quarto lugar, é importante tentar compreender quais os fatores que têm abalado o entendimento entre os EUA e os restantes membros da NATO (Schreer, 2019).

É importante referir desde já que, apesar da incerteza face à atuação de Trump nos variados campos da sua administração, este veio a salientar que continuava a valorizar a aliança e a reconhecê-la como uma importante ferramenta de apoio à segurança dos americanos.

Apesar de expressar um reconhecimento relativo à importância da NATO, Donald Trump durante a sua presidência revelou um particular desinteresse na cooperação multilateral, como já foi referido, chegando a afirmar que apenas realizaria intervenções para com seus aliados, no âmbito da segurança, casos os mesmos demonstrassem cumprir as obrigações expectáveis para com os Estados Unidos da América (Benitez, 2019). Deste modo, logo no início da sua administração, Trump demonstrou que os seus aliados teriam de suportar os custos associados à proteção americana, colocando um clima de tensão junto dos membros da NATO, acabando por suscitar também uma onda de preocupação (Kaufman, 2017). Ainda que a atitude de Donald Trump revelasse que, na sua opinião, a NATO se apresentava ultrapassada, a realidade é que a posição da sua administração nunca se revelou muito clara. Alguns dos líderes da União Europeia partilham da opinião que toda a lógica discursiva de Trump é realizada com o propósito de causar incerteza e intimidação, para que isto venha a resultar num aumento dos gastos da UE no âmbito da defesa.

A crítica de Donald Trump relativamente ao facto de os aliados europeus não corresponderem às obrigações e aos compromissos não é uma novidade, ainda que a sua abordagem tenha sido provocatória comparativamente às abordagens adotadas por anteriores presidentes americanos. Durante a sua campanha eleitoral, Trump chegou mesmo a afirmar, ainda que erradamente, que os EUA, devido à sua grande contribuição financeira para a organização, estavam a pagar as dívidas da NATO causadas pelo incumprimento daquilo que estava definido como compromissos dos aliados (Schreer, 2019). É importante salientar que, quando abordamos a questão de financiamento em contexto da NATO, não é relativo aos fundos depositados na organização, mas sim ao acordo definido que visa que cada aliado deve contribuir uma quota delineada na sua segurança e defesa.

Primeiramente, é importante referir que a União Europeia não prioriza o financiamento para a defesa e segurança, sendo esse um dos motivos pelos quais as declarações de Trump criaram um clima intenso de dúvida. As críticas mais apontadas por dirigentes dos EUA à União Europeia encontram-se assim nesse sentido, é clarificado que os valores que a UE investe na segurança e defesa não são suficientes aos olhos dos EUA e não demonstram o seu sentido de compromisso para com a organização. Barack Obama chegou mesmo a colocar ênfase na necessidade de todos os membros terem a obrigação de investir uma quota total do acordado, realçando que a União Europeia não veio a demonstrar uma priorização da segurança e da defesa (Benitez, 2019).

Deste modo, podemos afirmar que a postura de Trump não foi isolada, deteve de todo um contexto de críticas já realizadas e precedentes que efetivamente já tinham sido colocados em discussão com os aliados. Assim, com a incerteza das decisões que os EUA poderiam tomar relativamente à aliança, o debate entre os europeus na questão da segurança e defesa começou a colocar em questão a colaboração dos EUA em caso de ameaça.

Do ponto de vista diplomático, a forma como Donald Trump direccionou o seu discurso foi perigosa. Para além de intensificar os climas de tensão existentes, acabou também por lançar a dúvida junto da comunidade internacional sobre a viabilidade da NATO.

Outra questão que é importante referir são condições do acordo entre os Aliados que levaram a tantas críticas por parte dos EUA. Aquilo que veio a ser inicialmente acordado visava “um contributo de 2% do PIB no respetivo orçamento de defesa nacional” (Benitez, 2019). O que foi constatado, porém, é que a maioria dos aliados europeus não cumpriu com este parâmetro. Este incumprimento foi um dos argumentos nos quais Trump sustentou o seu discurso, auxiliado pelo facto de anteriores presidentes já terem apontado a mesma problemática. É, ainda, relevante mencionar que um dos motivos que colocou em proximidade o Reino Unido com os Estados Unidos, durante o processo do Brexit, foi o apoio dos

britânicos relativamente a esta questão do financiamento. O Reino Unido aprovou a pressão dos americanos para com a União Europeia, relativamente aos investimentos na matéria de segurança da NATO. Além disso, reconheceu como legítima a luta da administração de Donald Trump contra o extremismo muçulmano (Pribičević, 2020).

É importante apontar que a sua postura face às fragilidades da organização foi bastante distinta, quando comparado o momento de campanha com a sua postura já enquanto presidente. No entanto, a realidade é que, mesmo tendo atenuado diversas partes do seu discurso da campanha eleitoral durante o seu mandato, a sua posição relativamente ao financiamento não alterou (Kaufman, 2017).

Podemos então concluir que as críticas apontadas neste sentido não foram incoerentes e detiveram de todo um contexto. Aquilo que de negativo podemos apontar à postura de Trump nesta matéria é, mais uma vez, a sua imprevisibilidade discursiva.

Outro parâmetro que pode ser denotado como razão de atrito dentro da NATO é a postura indiferente de Trump perante as ações agressivas da Rússia para com a Ucrânia e a Crimeia. Esta falta de reconhecimento acabou por demonstrar um especial desinteresse sobre de que modo é que estes acontecimentos poderiam prejudicar os Estados Bálticos, nomeadamente a Estónia, a Letónia e a Lituânia, todos estes membros da NATO e consequentemente aliados dos EUA (Kaufman, 2017). Ainda que Trump não reconhecesse a Rússia como uma ameaça à segurança dos EUA (Schreer, 2019), é importante salientar que, no que toca à estratégia de segurança e defesa da NATO, há de facto parâmetros que sublinham a relevância de manter a Rússia controlada, devido à propensão de ameaça que esta pode representar em alguns momentos, como no caso da anexação da Crimeia (Van Ham, n.d.). Fica aqui clarificado um exemplo onde podemos identificar a falta do sentido de ameaça comum que foi abordada anteriormente.

A falta de sentido de ameaça comum está presente tanto nos EUA como nos seus aliados europeus, uma das críticas apontadas pelo antigo presidente dos Estados Unidos salientou o facto da NATO não abordar o terrorismo (Schreer, 2019). Por outro lado, temos a preocupação europeia relativamente à questão russa como já foi mencionado. É importante mencionar que a Rússia, para além de prejudicar a Europa com a sua postura agressiva acaba também por ser um rival direto à própria NATO enquanto organização (Benitez, 2019). Porém, a irrelevância dada pela administração de Trump perante a situação europeia face à ameaça russa só serviu para os aliados europeus ganharem uma perceção da importância de uma independência no âmbito da segurança e defesa (Schreer, 2019).

Desde a sua campanha eleitoral, Donald Trump demonstrou que os EUA não partilhavam dos mesmos interesses que os seus aliados da NATO. Denotou que a aliança se encontrava ultrapassada e

que já não correspondia aos interesses dos EUA. Trump referiu o contexto da fundação da NATO e o contexto temporal do seu mandato serem inegavelmente distintos, sendo que nos encontrávamos em circunstâncias de um clima de paz generalizado (Schreer, 2019). Deste modo, este argumento acaba por ser um dos motivos que o levou a descrever a NATO como obsoleta enquanto organização, ainda que tenha sido uma afirmação durante a sua campanha eleitoral, esta opinião não pode ser facilmente desvinculada da figura presidencial de Trump (Benitez, 2019). Neste sentido, acaba também por estabelecer uma distinção da ameaça que representava a União Soviética versus a ameaça russa. Donald Trump, acabou por demonstrar que, na sua perspetiva, ao contrário da União Soviética, a Rússia não representava uma ameaça que justificasse a necessidade de uma organização como a NATO (Benitez, 2019). Estas afirmações, por parte do então presidente dos Estados Unidos, estabeleceram aos aliados europeus um choque com a realidade, mesmo que este não tenha sido o primeiro presidente americano a criticar certos aspetos da organização. Apesar das anteriores administrações de presidentes americanos exporem certas problemáticas na NATO, muito devido à questão do financiamento, a realidade é que nunca foram realizadas afirmações que colocavam a NATO como uma organização ultrapassada.

Admitindo que, o objetivo da NATO visa a proteção e a defesa dos seus membros por meio de negociações multilaterais e ações coletivas, é clarificado, desde já, que a administração de Donald Trump e a sua postura de “America First” causaram algum clima de incerteza, não só junto dos membros da NATO como a nível global.

O discurso de Donald Trump direcionado à NATO, quer durante a sua campanha que durante o seu mandato, encontrava-se revestido de um populismo que salientava as falhas da NATO e a influência negativa que esta detinha para os EUA, falhas essas que, por vezes, não possuíam fundamento. É, assim, importante lembrar que a NATO não é uma organização desnecessária, tanto ao nível internacional como para os Estados Unidos.

É clarificado aos olhos da comunidade internacional que os grandes conflitos mundiais tiveram o seu início devido às tensões geopolíticas na Europa. Após o falhanço da Sociedade das Nações, com o final da segunda guerra mundial, tornou-se imperativo apelar e criar condições propícias à cooperação internacional. Apesar das críticas americanas feitas à NATO, ao longo dos últimos anos, a realidade é que a organização trouxe inúmeras vantagens, tanto no contexto mundial, como no contexto interno dos Estados Unidos da América. Posto isto, é clarificado que é errado olhar para a NATO como obsoleta ou desnecessária, nos contextos atuais. Primeiramente, a influência positiva que a NATO tem na estabilização de um clima de paz pela Europa é inegável. A NATO deteve de um papel de extrema

relevância na promoção da cooperação ao invés da competição entre as principais potências europeias, deixando claro que tinha como base um propósito que priorizava o bem comum, a segurança e defesa dos aliados, colocando circunstâncias pouco propícias ao crescimento do nacionalismo.

Além disso, o valor que a NATO acrescenta na geoestratégica de cada aliado é de extrema relevância, valor esse que resulta numa grande vantagem para os Estados Unidos. Apesar do foco das críticas americanas em torno do financiamento, mesmo que bem fundamentadas e viáveis, a verdade é que há pontos na aliança que acabam por beneficiar os Estados Unidos, no sentido de os poupar a recursos financeiros. A NATO acaba, deste modo, por fornecer aos EUA bases militares que detêm de um valor incalculável, sedes que contam com os subsídios dos países onde são localizadas (Benitez, 2019). Assim, é ainda importante referir, tal como já foi brevemente mencionado, que a geoestratégia dos Estados Unidos ganha um valor bastante considerável com a aliança. A sua presença é reforçada e para além de acrescentar também sustenta a sua relevância ao nível global (Benitez, 2019).

Deste modo, durante toda a sua atuação enquanto presidente dos EUA, foi denotado que toda a abordagem da administração de Trump era pouco convencional, porém, um dos fatores que assegurou a sua eleição enquanto presidente foi a sua tendência unilateralista. Podemos concluir que, assistimos a uma desvalorização das prioridades definidas pela NATO, para manutenção da paz ao nível internacional e a uma atuação assente na base da colocação dos interesses dos EUA em primeiro lugar. Assim, Trump acaba por dar uma prioridade à soberania e aos interesses nacionais e revela aos europeus que estes devem ser capazes de criar mecanismos de defesa de modo unilateral, visto que o seu discurso seguiu uma lógica de que a América seria colocada acima de todo o resto (van Ham, n.d.).

Porém, ainda que a retórica utilizada por Trump pareça ter encaminhado para um descuido da atuação dos EUA, enquanto membro da NATO, a realidade é aquilo que sucedeu foi significativamente distinto.

De facto, o que acabou por se verificar, foi que os EUA reforçaram a sua presença em termos militares na Europa. Por outro lado, aumentaram as suas sanções contra a Rússia, acusando-a de violar os acordos de controlo de armas (van Ham, n.d.), sendo uma temática explorada com mais especificidade posteriormente. Outros fatores que demonstram um reforço da aliança passam pela reativação da Segunda Frota dos EUA e a implantação de uma nova sede do Comando Atlântico da NATO, na Virgínia (Schreer, 2019). O facto de Trump não ter a possibilidade de alterar as políticas americanas de forma independente acaba por trazer tranquilidade aos europeus (van Ham, n.d.), sendo relevante colocar ênfase no facto do Congresso dos Estados Unidos ter adotado uma postura moderadora e defensora da estabilidade da NATO. Mesmo que alguns dos reforços na questão da defesa e segurança

tenham sido aplicados durante a administração de Trump, é verificado que este possuía uma postura anti NATO, postura essa que o próprio Congresso americano procurou amenizar de modo a que não sentíssemos a uma desvinculação da aliança assegurada pela NATO (Schreer, 2019). É possível afirmar que, apesar dos atritos discursivos e da desvalorização face à possível ameaça russa, a NATO continuou a ser vista como algo indispensável para os interesses globais dos EUA.

Assim, Donald Trump demonstrou uma postura nacionalista e algumas tentativas de perturbação da estabilidade da NATO, a sua retórica conseguiu causar algum atrito nas relações com alguns países europeus. No entanto, a realidade é que, se observarmos num espectro geral, as implicações desta postura acabaram por não resultar numa ameaça considerável à segurança global, a aliança mantém-se, assim o contributo americano. Porém, não é descartado que Trump conseguiu criar um clima de incerteza e conseguiu criar algumas dúvidas no que toca ao compromisso americano no âmbito das estratégias de segurança.

4.5 - ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E A CHINA: A GUERRA COMERCIAL

É notório que a rivalidade entre os Estados Unidos e a China se veio a intensificar com a afirmação da China como potência emergente. A questão que se coloca, por sua vez, é de que modo é que assentaram as relações americanas com a China durante a administração de Trump, admitindo que a sua rivalidade pode ser prejudicial para comunidade internacional.

Antes de desenvolver o conflito comercial entre os dois países, é importante salientar que a guerra comercial entre a China e os EUA pode ser analisada em três parâmetros: tecnológico; aço e alumínio; direitos intelectuais e industriais (Manish & Krishnan, 2018), neste sentido iremos examinar alguns momentos de atrito tendo em consciência estes parâmetros.

Como foi anteriormente referido, tem-se comprovado um afastamento dos EUA da sua posição de “hegemonia benigna”, sendo que este afastamento criou condições favoráveis para as potências em ascensão, como é o caso da China (P. Ham, 2018).

Os momentos de maior conflito entre a China e os EUA, durante a administração de Donald Trump, foram causados, principalmente, por questões económicas, onde a política tarifária aplicada pelos americanos foi um dos fatores destaque, visto que, assistimos à aplicação excessiva de tarifas em produtos chineses (Zhang, 2018). A rivalidade entre os EUA e a China acabou por assentar num cariz comercial, onde as medidas aplicadas pelos americanos são em função de um fortalecimento das suas indústrias e, paralelamente, ocorre um corte nas relações com a China, onde assistimos a um rompimento, também, com as suas linhas de montagem.

Por outro lado, é de mencionar que este corte de relações comerciais pode trazer prejuízo aos produtores americanos, sendo que era usual recorrerem às matérias-primas chinesas, além disso, Pequim acabou por efetivar medidas de resposta aos americanos. Assim, de modo a combater as consequências económicas, a China procedeu a propor a implementação de novos setores de serviços e a reduzir as restrições ao investimento, no entanto, estas medidas revelaram-se ineficazes quando comparadas com as perdas económicas resultantes do conflito comercial entre os dois países (Sardana, 2018). Porém, é importante referir que, com a diminuição da exportação de produtos chineses, assistimos a um aumento dos preços para os americanos (S. Arežina, 2019). Aliado ao aumento de tarifas em produtos chineses e ao rompimento da cooperação comercial, tudo indica que estamos perante uma guerra comercial.

Apesar da instabilidade entre ambas as potências ser principalmente económica, a realidade é que, na vertente diplomática, podemos destacar um discurso hostil de Trump para com a China. É importante relembrar que, o clima de segurança global não está apenas dependente de conflitos militares, abrangendo também as relações diplomáticas entre os países, ou seja, se as relações entre duas grandes potências estiverem num clima de tensão, a própria segurança mundial reflete os atritos e a instabilidade. Assim sendo, se os atritos entre os Estados Unidos e a China continuarem a aumentar é inevitável que o mundo atravesse um período de instabilidade mais afincado, visto que, estamos a abordar um comportamento de conflito entre as duas maiores potências económicas mundiais. O antigo secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, chegou mesmo a abordar que a paz e o bem-estar mundial dependem muito da boa vontade de ambas as potências em cooperarem por objetivos e fins comuns (S. Arežina, 2019).

Outro fator que tem sido claro para o aumento da gravidade entre as relações americanas e chinesas foi a propagação do novo vírus COVID-19. Ainda que a situação seja recente e, tendo em conta que exigiu a adaptação de todos os países para esta crise de saúde mundial, a verdade é que Donald Trump aproveitou a pandemia para alimentar o conflito. As acusações feitas pelo presidente foram de cariz bastante agressivo e sem caráter verídico, afirmando que a criação do vírus foi propositada, sendo descredibilizado por vários peritos devido à falta de fundamento. Isto revela aquilo que já tinha sido expresso em afirmações anteriormente feitas por Donald Trump, a defesa de que parte dos problemas existentes nos EUA são fruto de um aproveitamento da China (J. Walsh, 2020).

Dentro da Guerra Comercial podemos, então, salientar alicerces de vertente tecnológica. Um dos exemplos que podemos destacar são os conflitos em torno da construção do 5G, por parte da empresa HUAWEI. O motivo pelo qual os EUA sentem este crescimento como uma ameaça deve-se ao facto de

possuírem uma influência grande no mercado e por serem pioneiros do desenvolvimento da tecnologia do 5G, detendo de 20% das patentes nesta matéria (Islam & Cansu, 2021). Podemos perceber algum receio em relação ao desenvolvimento do 5G ser realizado por parte de uma empresa chinesa, visto que, os americanos e críticos da HUAWEI acreditam que o seu desenvolvimento iria resultar em novos mecanismos que trariam fragilidade para a segurança cibernética (Islam & Cansu, 2021). Além disso, é importante mencionar que o fundador e diretor executivo da empresa tinha uma ligação tanto com as forças militares chinesas, como com o Partido Comunista Chinês, causando desagrado aos americanos, que acreditavam que a empresa estaria envolvida com atividades de espionagem (Islam & Cansu, 2021). Podemos, ainda, destacar a existência de um outro conflito entre as potências, porém, na forma de soft-power, ainda na vertente tecnológica.

A aplicação Tiktok foi lançada em setembro de 2016 e foi criada por uma empresa sediada na China, tendo esta uma extrema adesão por parte da população mundial e acabando por ganhar uma relevância equiparada a aplicações ocidentais como o Facebook, Instagram ou até Snapchat.

Admitindo o grande sucesso da mesma nos EUA e, lembrando que, as hostilidades acentuaram com o estalar da Guerra Comercial, foi clarificado que a popularidade da app chinesa não foi bem recebida pelo antigo presidente americano (J. Koleson, 2020).

Assim, em agosto de 2020, assistimos a um crescente ataque, por parte da administração de Donald Trump, relativamente ao fator de ameaça da app Tiktok para a segurança americana. Trump focou-se essencialmente na utilidade da app para a propagação de desinformação relativamente ao COVID-19, assim como a possibilidade desta se tornar um mecanismo de soft power que beneficiaria o governo chinês (E. Brown, 2021).

Podemos afirmar que a popularidade da rede social deu aso a uma nova problemática dentro da Guerra Comercial, criando um confronto judicial.

Primeiramente, é relevante explicitar qual o papel do Comité de Investimento Estrangeiro nos EUA, cuja sigla corresponde a CIEEUA, antes de aprofundar quais as questões que sustentaram o conflito legal entre a Administração Americana e a ByteDance, neste caso a companhia empresarial que detém o TikTok.

É importante referir que o CIEEUA detém, efetivamente, poder para bloquear aquisições estrangeiras, caso estas representem um perigo à segurança nacional. Este organismo federal analisa, assim, a viabilidade de certos investimentos estrangeiros e se estes podem interferir na segurança americana.

Assim, tendo em conta o papel do CIEEUA e sendo este um mecanismo fulcral para a manutenção de determinados investimentos estrangeiros, é clarificado que após os ataques da administração Trump à rede social chinesa a comunicação entre o setor executivo do Tiktok e o CIEEUA era extremamente necessária (E. Brown, 2021).

Admitindo que, na base deste novo conflito da Guerra Comercial, estava a imensidade da popularidade da app chinesa e que, dadas as hostilidades entre ambos os Estados, era propício para os EUA banir a mesma, de modo a não permitir qualquer tipo de vantagem à China. Recaindo sobre a questão da privacidade dos americanos, que está na base do principal argumento usado para conseguir proibir o uso do Tiktok, a administração por trás da app Tiktok não tardou a apresentar soluções para as preocupações expressas, efetivando medidas extraordinárias para assegurar a privacidade e segurança dos americanos e, conseqüentemente, alinhar a sua atuação com as negociações realizadas com o CIEEUA.

Porém, a decisão revelada pelo Comité de Investimento Estrangeiro dos EUA, após a revisão das questões de privacidade e de segurança, asseguradas pela app Tiktok, não foi favorável para a ByteDance. A CIEEUA declarou que a aplicação representava um risco à segurança nacional. O conflito entre o Governo americano e a ByteDance não findou com esta decisão, sendo a decisão colocada em recurso e o Governo americano processado (J. Koleson, 2020).

Assim, analisando de um ponto de vista geral, este novo conflito gerado pela utilização da app Tiktok, está principalmente assente na possibilidade do Tiktok ter acesso às informações de quem utiliza a app, por outro lado, o problema encontra-se, principalmente, na hipótese do Partido Comunista chinês conseguir aceder a informações federais (J. Roberts, 2020). Por outro lado, o facto de Trump ter incitado ao cancelamento da app pode demonstrar uma vertente antidemocrática, tendo em conta que demonstra controlo por parte do Estado em relação àquilo que os utilizadores fazem na internet. É preciso ter em conta que a empresa afirma que, durante um período de sensivelmente um ano, tentaram melhorar a comunicação para com o governo americano, de modo a encontrar uma solução construtiva para a resolução do problema de privacidade e segurança, inclusive tornar o armazenamento de dados dos americanos fora da China.

Apesar de poder ser denotado como um acontecimento algo que superficial, o facto de os EUA proibirem e banirem o uso da app Tiktok retira alguma credibilidade aos americanos enquanto críticos do Partido Comunista Chinês, no que toca às suas políticas de censura, abrangindo também, por outro lado, um contrassenso aos supostos valores democráticos dos EUA (J. Koleson, 2020).

Sendo que, deste modo, podemos concluir que a enquanto rede social o Tiktok acaba por ter um papel que vai além da questão do entretenimento, reflete a importância da mesma enquanto mecanismo de soft power, a questão de o Tiktok poder ser fonte de mecanismo de recolha de dados, tal como também acontece com outras aplicações ocidentais. Por outro lado, a possível proibição da aplicação chinesa acabou por servir como mais um mecanismo que está a sustentar a Guerra Comercial entre os Estados Unidos e a China, mostrando assim, que neste caso, apesar da rede social não ditar o estado de boas relações entre os dois Estados acaba por ter interferência nas suas dinâmicas ao nível internacional.

Assim, podemos afirmar que as relações EUA-China não ficaram encaminhadas num bom sentido, o individualismo e a posição realista americana, por muito que a longo prazo tenha efeitos positivos ao nível nacional, criaram fraturas no relacionamento com o Estado chinês, não sendo de todo propício para o clima pacífico mundial.

CONCLUSÃO

Recaindo sob a questão inicial: “Quais foram as consequências da postura unilateralista da administração de Donald Trump no equilíbrio de poder do sistema internacional?” podemos concluir a postura unilateralista adotada pela administração de Donald Trump, demonstrou causar atritos em diversas matérias contrariando as expectativas dos fundadores da Ordem Liberal. Foi clarificada, de uma forma bastante perceptível, a sua posição desde a campanha eleitoral, existindo coerência nos seus discursos. Conseguimos perceber que os interesses dos Estados Unidos da América foram o objeto de principal foco e prioridade, sendo que diversos tratados e outros acordos multilaterais foram apontados como um atraso às ambições nacionais.

Observamos, assim, um foco na competição de grandes potências, como o caso da guerra comercial com a China. Além disso, a abordagem hostil para com as alianças tradicionais e a retirada de acordos comerciais destabilizaram as relações e a cooperação internacional.

A saída do Acordo de Paris foi bastante conturbada, por diversos motivos, tanto pela forma como foi realizada, como pela rapidez que foi efetivada a decisão. Os Estados Unidos, para além de serem uma importante figura ao nível do financiamento, também representavam um importante papel impulsionador no combate às alterações climáticas, motivando outros países a cumprir com as cláusulas expressas no acordo. Com a sua retirada, assistimos a uma perda da liderança moral americana e foi um dos momentos em que a administração de Donald Trump demonstrou uma despreocupação em relação às violações do direito internacional.

Em matérias como a renegociação do NAFTA e a saída do TTP, o que é importante retirar é que a incerteza surge devido à retórica utilizada, onde, no caso do NAFTA, a administração de Donald Trump enfatizou a possibilidade de retirada durante os processos de renegociação. Podemos salientar o mesmo relativamente à saída do TPP. Ainda que a saída fosse praticamente certa durante a campanha eleitoral, visto que, ambos os candidatos demonstraram ter a mesma posição, a falta de colaboração por parte de Trump relativamente à política tarifária causou reações negativas, não só por parte dos Estados membros do tratado, como com outros parceiros económicos dos Estados Unidos.

Posto isto, aliada à suspensão do TTIP, as tensões com a NATO aumentaram a negatividade do clima com a União Europeia. No caso do TTIP, ainda que, tal como foi clarificado, a posição dos Estados Unidos se tenha revelado mais distante que a da UE, durante as negociações, a demonstração de desinteresse em negociar com os europeus causou bastante descontentamento. Os discursos de Trump

direcionados à viabilidade e à necessidade da NATO causaram agitação na estabilidade da organização. Mesmo que a segurança global não fosse diretamente afetada e a aliança se tenha mantido com o contributo americano, estes discursos retiraram alguma credibilidade relativamente à necessidade da existência da mesma. O então presidente americano causou, assim, um clima de dúvida relativo ao compromisso americano. É importante salientar que, em vários momentos, foi mencionada a falta de consenso entre os Estados Unidos e a União Europeia. Assistimos a críticas mútuas em diferentes contextos, a discórdia em relação a posturas adotadas, principalmente por parte da União Europeia para com os EUA. Neste sentido, foram mencionados, ao longo do projeto de investigação, distintas situações em que a União Europeia condenou as ações de Donald Trump, na sua postura com a Rússia, no seu reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel, a sua retirada do Acordo de Paris e circunstâncias onde as críticas surgiram em torno da própria retórica provocativa característica de Donald Trump.

É relevante referir que, tendo em conta a proximidade dos eventos, alguns autores analisam o Brexit e a Presidência de Donald Trump como parte do mesmo fenómeno. Podemos, assim, referir que há um afastamento do Reino Unido do multilateralismo quando analisamos os seus esforços para finalizar o processo de retirada da UE. Tendo em conta que foi exposto, em diferentes momentos, a preferência por negociações bilaterais por parte da administração de Donald Trump, é, de certo modo, expectável o apoio ao Brexit, demonstrado pelo mesmo. É importante salientar que ambos os fenómenos são importantes para sustentar a crise da Ordem Liberal Internacional (Pribičević, 2020).

Além do afastamento do multilateralismo, conseguimos também realçar outras semelhanças, como as políticas de anti-imigração, sendo que no caso dos americanos podemos sublinhar as hostilidades para com os mexicanos e no caso britânico o receio perante possíveis novos migrantes vindos dos mais recentes membros da União Europeia. Além do afastamento do multilateralismo, conseguimos também realçar outras semelhanças, como a postura anti-imigração, sendo que no caso dos americanos podemos sublinhar as hostilidades para com os mexicanos e no caso britânico o receio perante possíveis novos migrantes vindos dos mais recentes membros da União Europeia.

Podemos ainda referir, no que toca ao afastamento dos EUA do multilateralismo, que com a retirada dos EUA do acordo multilateral JCPOA, a administração de Trump para além de agravar as tensões regionais também demonstrou inconsistência na política externa dos EUA relativamente ao Irão.

Relativamente às relações bilaterais dos EUA, podemos retirar conclusões distintas. De um ponto de vista geral, as relações entre os EUA e a Rússia foram marcadas por fases de cooperação e conflitos, tornando difícil a sua avaliação de forma consistente. Este período foi marcado pela alegada interferência russa nas eleições americanas, onde podemos observar uma discrepância e diferença nos

comunicados de Donald Trump. Neste sentido, tornou-se difícil perceber quais as intenções de Trump, visto que o seu discurso variava consoante a Opinião Pública americana. O que se destacou no diálogo de Trump com Putin foi que, mais uma vez, o antigo presidente dos EUA priorizou em alguns momentos o diálogo com a Rússia ignorando o desagrado dos seus aliados.

Outra circunstância em que conseguimos realçar as consequências das políticas tarifárias é na Guerra Comercial com a China. Onde as medidas protecionistas adotadas pelos americanos, de modo a fortalecer os setores domésticos americanos, causaram tensões e impactos multidimensionais nas relações bilaterais e na economia internacional.

Olhando para outra tomada de decisão polémica, neste caso, o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel, conseguimos, mais uma vez, perceber um momento de tomada de decisão unilateralista. Esta medida gerou várias críticas por parte da comunidade internacional e por parte dos palestinos. Além das tensões levantadas com a esta medida da administração de Trump, a principal consequência que podemos destacar é o facto de a medida ter minado o papel dos EUA enquanto mediador imparcial no processo de paz, alimentando a tensão na região e tornando ainda mais incertas as perspectivas de uma solução pacífica para ambas as partes.

Por fim, é importante mencionar os momentos de aproximação dos EUA com a Coreia do Norte. Estes momentos de aproximação foram marcados pelos encontros entre Trump e Kim, ainda que as negociações não tivessem grandes desenvolvimentos, o envolvimento dos EUA no processo de desnuclearização abriu portas ao diálogo entre as duas Coreias. É importante lembrar que o principal problema no desenvolvimento de progressos no programa de desnuclearização é a falta de confiança mútua.

Ao analisar a administração de Donald Trump, na perspetiva da Teoria Realista podemos concluir que a sua política externa se encontra alinhada com os princípios desta teoria das Relações Internacionais.

A priorização dos interesses nacionais, a forma como a administração do antigo presidente dos EUA argumentou que certos acordos multilaterais prejudicavam os interesses americanos. A retirada do Acordo de Paris, do Acordo Transpacífico e o desagrado em negociar com a União Europeia podem ser ações interpretadas como demonstrações de soberania e priorização dos interesses nacionais. Neste sentido, a abordagem unilateralista aplicada também se encontra alinhada com a teoria realista, visto que, podemos apontar posturas aplicadas pela administração de Donald Trump, onde os aliados tradicionais foram ignorados ou até desafiados.

A Guerra Comercial e a política tarifária são exemplos que sustentam as medidas protecionistas, que procuraram fortalecer os setores domésticos americano. Mais uma vez, estes exemplos vão de encontro aos princípios realistas, visto que, em prol do benefício da sua económica doméstica foram criadas tensões com os seus parceiros comerciais. É importante referir que, ao contrário daquilo que pode superficialmente parecer, o realismo não se limita apenas a abordagens unilaterais e egoístas. A administração de Donald Trump demonstrou reconhecer a importância das relações de poder e a competição no sistema internacional.

A diplomacia com a Coreia do Norte, demonstrou uma abordagem de colaboração, realizando esforços, ainda que não tenham produzido resultados. Porém, a falta de consenso não foi singularidade da administração, tendo após o término do seu mandato as negociações para a desnuclearização continuarem sem produzir resultados.

Assim, podemos concluir, que ainda que a política externa dos EUA durante a administração de Trump não tenha sido inteiramente unilateral, as suas ações alinharam de forma frequente com os princípios realistas

Em suma, as políticas de Trump focadas na “America First” e a sua abordagem unilateral afetaram as suas alianças tradicionais, causaram tensões comerciais e enfraqueceram a cooperação global. Conseguimos facilmente observar isso nas questões de combate às alterações climáticas e ao analisar o seu papel em acordos internacionais. A sua retórica, as políticas realistas e as decisões polémicas, causaram instabilidade e dúvidas em relação ao papel dos EUA na Ordem Liberal Internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMS, A. (2019). Here's What We Know So Far About Russia's 2016 Meddling. Disponível em TIME: <https://time.com/5565991/russia-influence-2016-election/>
- ACHARYA, Amitav. 2017. "After Liberal Hegemony: The Advent of a Multiplex World Order." Ethics & International Affairs 31 (3): 271–85. <https://doi.org/10.1017/S089267941700020X>.
- ADIGÜZEL, İ. A. (2022). Disponível em SİYASAL: Journal of Political Sciences, 31(2):195–216: 10.26650/siyasal.2022.31.1067268 <http://jps.istanbul.edu.tr>
- Appointments Presidential actions legislation disclosures the White House Office of the press secretary for immediate release September 19, 2017 Remarks by PRESIDENT TRUMP to the 72nd Session of the United Nations General Assembly. The White House. Disponível em <https://www.whitehouse.gov/%20the-press-office/2017/09/19/remarks-president-trump-72nd-session-united-nations-general-assembly>
- BAHGAT, G. (2017). US-Iran Relations under the Trump Administration. Obtido de Mediterranean Quarterly (2017) 28 (3): 93–111.: <https://doi.org/10.1215/10474552-4216432>
- BEGLEY, Sarah. (2016, March 21). "Read Trump's speech to AIPAC,". Disponível em Time. <http://time.com/4267058/donald-trump-aipac-speech-transcript/>.
- BENITEZ, J. (2019). The Fletcher School of Law and Diplomacy U.S. NATO Policy in the Age of Trump: Controversy and Consistency. Disponível em The Fletcher Forum of World Affairs (Vol. 43, Issue 1).
- BETIOL, F. L. (n.d.). AS REGRAS DE ORIGEM NA FORMAÇÃO DA ZONA DE LIVRE COMÉRCIO DA AMÉRICA DO NORTE (NAFTA) Banca examinadora.
- BLOMQUIST, R.F. (2002). Ratification Resisted: Understanding America's Response to the Convention on Biological Diversity. Golden Gate University Law Review, 32, 493-586.
- BODNER, M. (2020). Putin congratulated Trump almost immediately in 2016. Not Joe Biden. Disponível em NBC News: <https://www.nbcnews.com/news/world/putin-congratulated-trump-almost-immediately-2016-not-after-biden-win-n1247072>
- BORGER, J. (2019). Donald Trump confirms US withdrawal from INF nuclear treaty. Disponível em The Guardian: <https://www.theguardian.com/world/2019/feb/01/inf-donald-trump-confirms-us-withdrawal-nuclear-treaty>
- BORGER, J., & Beaumont, P. (2018). Syria: US, UK and France launch strikes in response to chemical attack. Disponível em The Guardian: <https://www.theguardian.com/world/2018/apr/14/syria-air-strikes-us-uk-and-france-launch-attack-on-assad-regime>

- CAHÚ, R. L. D. (2019). [GRADUAÇÃO | MONOGRAFIA]
ANÁLISE DO IMPACTO DOS EUA E CHINA NO PROCESSO DE REAPROXIMAÇÃO COREANA. Portal De Trabalhos Acadêmicos, 5(2). Disponível em <http://54.94.8.198/index.php/academico/article/view/906>
- CONESA, LUIS (2019). Revista del Instituto Español de Estudios Estratégicos Palabras clave. <https://www.whitehouse.gov/>
- CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (2017). Coreia do Norte: Conselho reforça sanções da UE em consonância com a Resolução 2371 do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 5 de agosto de 2017. Disponível em Conselho da União Europeia: <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2017/09/14/north-korea-eu-sanctions-reinforcement/>
- CORTELLESA, Eric. (2016, March 2) “Trying to make sense of that ‘neutral,’ ‘totally pro-Israel’ Donald Trump,” Times of Israel”. Disponível em <https://www.timesofisrael.com/trying-to-make-sense-of-that-neutral-totally-pro-israel-donald-trump/>.
- COUTINHO, C. P. (2014). Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas. Teoria e Prática (2ªed.). Coimbra: Almedina.
- CRESWELL, J. (1994). Research design: Qualitative and quantitative approaches. Thousand Oaks:SAGE Publications.
- CROTTY, M. (1998). The foundations of Social Research: meaning and perspective in the research process. London: SAGE Publications.
- CUMINGS, B. (2020). Obama, Trump and North Korea in The United States Disponível em Indo-Pacific: <https://doi.org/10.7765/9781526135025.00012>
- DEWAN, A. (2017). Russia sanctions: What you need to know. Disponível em CNN: <https://edition.cnn.com/2017/07/25/europe/russia-sanctions-explainer/index.html>
- DREZNER, D. W. (2020). Immature leadership: Donald Trump and the American presidency. Disponível em International Affairs, 96(2), 383–400. <https://doi.org/10.1093/ia/iiaa009>
- DUNCOMBE, Constance, and Tim Dunne. 2018. “After Liberal World Order”. Disponível em International Affairs 94 (1): 25–42. <https://doi.org/10.1093/ia/iix234>
- EGLASH, Ruth. (2016, November 10) “Top Trump Advisor Says Settlements Are Not an Obstacle to Peace,” Washington Post, https://www.washingtonpost.com/world/middle_east/top-trump-advisor-says-israeli-settlements-are-not-an-obstacle-to-peace/2016/11/10/8837b472-5c81-49a3-947c-ba6a47c4b_c2f_story.html?utm_term=.af693014cc35; Piotr Smolar, “Washington ouvrira son ambassade a Jerusalem en mai,” Le Monde, 25–26 February 2018, p. 4
- ESTEBAN, M. (2019). Lecciones de la fake summit de Hanoi. Real Instituto El Cano. Disponível em <https://blog.realinstitutoelcano.org>

- EUA/Coreia do Norte: UE saúda “passo crucial e necessário” e vitória da diplomacia. (2018). Disponível em Expresso: <https://expresso.pt/internacional/2018-06-12-EUA-Coreia-do-Norte-UE-sauda-passo-crucial-e-necessario-e-vitoria-da-diplomacia>
- EUROPEAN COMMISSION. Directorate-General for Trade. (2015). A TTIP vista por dentro: Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP), rumo a um acordo comercial entre a União Europeia e os Estados Unidos : visão geral e guia, capítulo a capítulo, em linguagem simples e clara. Publications Office.
- EUROPEAN UNION COUNCIL DECISION. (2019). eu/trade/policy/in-focus/ttip/https://ec.europa
- EUROPEAN UNION EXTERNAL ACTION. (2016, June 15) “Middle East Peace Process,” https://www.eeas.europa.eu/eeas/middle-east-peace-process_en
- EXAME. (2018) “EUA e México se aproximam de acordo sobre conteúdo de carros no NAFTA, São Paulo: Editora Abril. <https://exame.abril.com.br/economia/eua-e-mexico-se-aproximam-de-acordo-sobre-conteudo-de-carros-no-nafta/>
- FREEDMAN, L. (2018). Trump and brexit. *Survival*, 60(6), 7–16. <https://doi.org/10.1080/00396338.2018.1542795>
- FRPI; VILLAREL, M. A. (2017). The North American Free Trade Agreement (NAFTA). Congressional Research Service, 2017. Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/row/R42965.pdf>.
- GAMBINO, L., & BORGER, J. (2017). Senate approves new Russia sanctions as punishment for meddling in election. Disponível em The Guardian: <https://www.theguardian.com/us-news/2017/jun/14/senate-proposes-new-russia-sanctions-meddling-election>
- GOMES André, J. (n.d.). (2016), A “LONGA CAMINHADA” DAS ELEIÇÕES PRIMÁRIAS À SUCESSÃO DE OBAMA.
- GREEN, M. J., Goodman, M. P., & Simon, W. E. (2015). After TPP: The geopolitics of Asia and the pacific. *Washington Quarterly*, 38(4), 19–34. <https://doi.org/10.1080/0163660X.2015.1125827>
- GUBA, E. (1990). *The paradigm dialog*. Newbury Park, CA: SAGE Publications.
- GUNTHER, H., & SUH, E. (2018). Caught in the middle or mediating from the middle. In Gunther, H., & Meier, O. (Eds.), *Facets of the North Korea Conflict: Actors, Problems and Europe’s Interest* (pp. 18). Berlin: German Institute for International and Security Affairs.
- HAMILTON, P. (2007). Counter(measur)ing Climate Change: The ILC, Third State Countermeasures and Climate Change. *Mc Gill International Journal of Sustainable Development and Policy*, 4, 83-132.

- HANSLER, Jennifer. (2017, December 20). “Nikki Haley: The US is ‘taking names’ on Jerusalem resolution”. Disponível em CNN Politics, <https://edition.cnn.com/2017/12/20/politics/nikki-haley-taking-names-on-jerusalem/index.html>
- IKENBERRY, G. John. 2018. “Why the Liberal World Order Will Survive”. Disponível em Ethics and International Affairs 32 (1): 17–29. <https://doi.org/10.1017/S0892679418000072>.
- ILYUSHINA, M., & JIANG, S. (2019). Russia follows US in suspending INF nuclear missile treaty. Obtido de CNN: <https://edition.cnn.com/2019/02/02/europe/russia-inf-treaty-intl/index.html>
- JIANGTAO, S. (2021). China promises economic support for sanctions-hit neighbour North Korea. Disponível em South China Morning Post: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3135223/china-promises-economicsupport-sanctions-hit-neighbour-north>
- JOHNSON, J. R. (n.d.). The Art of Breaking the Deal: What President Trump Can and Can’t Do About NAFTA. <https://ssrn.com/abstract=2905944>
- KAUFMAN, J. P. (2017). The US perspective on NATO under Trump: lessons of the past and prospects for the future. International Affairs, 93(2), 251–266. <https://doi.org/10.1093/ia/iix009>
- KIRBY, J. (2018, January). “All Donald Trump’s NAFTA mood swings in one chart”. Maclean’s, Disponível em: <http://www.macleans.ca/politics/all-donald-trumps-NAFTA-mood-swings-in-one-chart/>
- KLINGNER, B. (2018). U.S.–North Korea Summit Deal on Denuclearization Faltering . Disponível em The Heritage Foundation: <https://www.heritage.org/asia/report/us-north-korea-summit-deal-denuclearization-faltering#>
- LANDLER, M., & HARRIS, G. (2017). In Retaliation, U.S. Orders Russia to Close Consulate in San Francisco. Disponível em The New York Times: <https://www.nytimes.com/2017/08/31/us/politics/russia-consulate-close-retaliation.html>
- LARRES, K. (2020). Trump’s trade wars: America, China, Europe, and global disorder. Journal of Transatlantic Studies, 18(1), 103–129. <https://doi.org/10.1057/s42738-019-00040-y>
- LIMA, A. L., & MELO, S. I. (n.d.). AS PERSPECTIVAS PARA O NAFTA NA ERA TRUMP PERSPECTIVES FOR NAFTA IN THE TRUMP ERA.
- LIY, Macarena (2017). Kim Jong Un amenaza con domar con fuego al viejo chocho de Trump. El País. Disponível em <https://elpais.com>
- LOPES, R. R; CARVALHO, C. E. (2010) Acordos bilaterais de comércio como estratégia de inserção regional e internacional do Chile. Contexto Internacional. Vol.32, n.2.
- MACHADO, K. J. (n.d.). A saída dos EUA do acordo de A SAÍDA DOS EUA DO ACORDO DE PARIS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS THE US OUT OF THE PARIS AGREEMENT ON CLIMATE CHANGE (Vol. 1, Issue 2).

- MANISH, K. P., and KRISHNAN, S. S. (2018). Trade War-An Overview. *International Journal of Trend in Scientific Research and Development*
- MARIANO, L. P. & MATTOS K. R, A., & SUGAHARA Rodrigues, D. (n.d.). DO NAFTA AO USMCA: TRUMP E OS INTERESSES NACIONAIS 1 (Vol. 54).
- MÁRQUEZ DE LA RUBIA, F. (2018). Análisis Documento de Análisis Trade Bilateralism in the Trump Era.
- MAZZETTI, M., & BENNER, K. (2018). 12 Russian Agents Indicted in Mueller Investigation. Disponível em The New York Times : <https://www.nytimes.com/2018/07/13/us/politics/mueller-indictment-russian-intelligence-hacking.html>
- MARTIN, P. L. (2017). VIEWPOINT Election of Donald Trump and migration. 1, 161–171. www.migrationletters.com
- MCFAUL, M. (2016). Why Putin wants a Trump victory (so much he might even be trying to help him). Disponível em The Washington Post: https://www.washingtonpost.com/opinions/global-opinions/why-putin-wants-a-trump-victory-so-much-he-might-even-be-trying-to-help-him/2016/08/17/897ab21c-6495-11e6-be4e-23fc4d4d12b4_story.html
- MEARSHEIMER, John J. 2019. “Bound to Fail: The Rise and Fall of the Liberal International Order.” *International Security* 43 (4): 7–50. https://doi.org/10.1162/isec_a_00342.
- MESQUITA, P. E. de (2013). *A Organização Mundial do Comércio*. Brasília: FUNAG.
- MILES, M. R., & Haider-Markel, D. P. (2020). Polls and Elections Trump, Twitter, and Public Dissuasion: A Natural Experiment in Presidential Rhetoric. *Presidential Studies Quarterly*, 50(2), 436–450. <https://doi.org/10.1111/psq.12615>
- MOGHERINI, Federica (2017) “The Iran Nuclear Deal Is a Success—and the Whole World Is Safer for It,” *Guardian*, www.theguardian.com/commentisfree/2017/jan/17/iran-nuclear-deal
- MOREIRA, H. M., Dos, J., & ESTEVO, S. (2018). Artigo A política dos EUA para as mudanças climáticas: análise da saída do Acordo de Paris US policy on climate change: an analysis of the withdrawal from the Paris Agreement. 14(3), 32–45. <https://doi.org/10.5752/P.1809-6182.2017v14.n3.p32>
- MORELLO, C. (2018). U.N. Ambassador Nikki Haley condemns Russia’s ‘outlaw’ actions against Ukrainian ships. Disponível em The Washington Post: https://www.washingtonpost.com/world/national-security/un-ambassador-nikki-haley-condemns-russias-outlaw-actions-against-ukrainian-ships/2018/11/26/d8f2a940-e16b-46fc-b207-8f18857929aa_story.html
- MUDDE, C. (Ed.). (2016). *The Populist Radical Right: A Reader* (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315514574>

- NICHOLAS, P.; VIEIRA, P.; CÓRDOBA, J. (2017, April). "Why Donald Trump Decided to Back Off NAFTA Threat". The Wall Street Journal. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/trump-says-NAFTA-partners-persuaded-him-to-keep-u-s-in-trade-pact-1493320127>
- NORDHAUS, T., & TREMBATH, A. (2017, June). Trump's Paris agreement withdrawal in context. Foreign Affairs.
- NOVITASARI, D., & PRINANDA, D. (n.d.). Impact of Trump's Price Policy on the TTIP Negotiation Process between the United States and the EU. <https://doi.org/10.33258/birci.v5i1.4352>
- NYE, Jr., Joseph S. 2017. "Will the Liberal Order Survive? The History of an Idea." Foreign Affairs 96 (1): 10–16. <https://www.foreignaffairs.com/articles/2016-12-12/will-liberal-order-survive>
- ORGANIZATION OF ISLAMIC COOPERATION [OIC] (2017, December 13). "Final Communiqué of the Extraordinary Islamic Summit Conference to Consider the Situation in the Wake of the U.S. Administration's Recognition of the City of al-Quds al-Sharif as the So-Called Capital of Israel, the Occupying Power, and the Transfer of the U.S. Embassy to al-Quds," 1, OIC/EX-CFM/2017/PAL/FC, <https://www.oic-oci.org/docdown/?docID=1699&refID=1073>.
- PACHECO, J A. (1993). O pensamento e a ação do professor em formação (Tese de doutoramento). Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, Braga.
- PARK, H. (2018). Trust But Verify: Donald Trump, Kim Jong Un and a Denuclearising North Korea after the Singapore Summit. Disponível em <https://doi.org/10.1142/S1793930518000235>
- PAVONE, I. R. (2018). The Paris Agreement and the Trump administration: Road to nowhere? Journal of International Studies, 11(1), 34–49. <https://doi.org/10.14254/2071>
- PETER van Ham (2018). "Trump's Impact on European Security Policy Options in a Post-Western World" Disponível em <https://www.clingendael.org/publication/trumps-impact-european-security>
- POMPEO, M. (2018a) Confronting Iran: the Trump administration's strategy, Foreign Affairs, 91(6), 60-70.
- PONTES, R. M. (2015). "20 anos de NAFTA e a situação do México: efeitos socioeconômicos de uma integração assimétrica". Orbis Latina, v. 5, n. 1, pp. 73-88.
- KHALIDI, Rashid I.(2018) And Now What? The Trump Administration and the Question of Jerusalem, Journal of Palestine Studies, 47:3, 93-102, DOI: 10.1525/jps.2018.47.3.93
- ROYDEN, Amy (2002). U.S climate change policy under president Clinton: a look back. Golden Gate University Law Review, v. 32, n.4. Disponível em: <http://digitalcommons.law.ggu.edu/ggulrev/vol32/iss4/3>.
- SANJA AREZINA "U.S.-China Relations Under the Trump Administration: Changes and Challenges" in China Quarterly of International Strategic Studies, Vol. 5, No. 3, 289-315

- SANTOS, V. (2007). Introdução à Teoria das Relações Internacionais. Referências de Enquadramento Teórico- Analítico. Lisboa.
- SARDANA, M. M. K. (2018). Causes and Consequences of the Escalating Trade War between the US and China. ISID (Institute for Studies in Industrial Development) Discussion Note, 5 (July). URL: <http://103.82.220.134/pdf/DN1805.pdf>.
- SCHREER, B. (2019). Trump, NATO and the future of Europe's defence. Disponível em RUSI Journal, 164(1), 10–17. <https://doi.org/10.1080/03071847.2019.1605011>
- SEVASTOPULO, D., & DONNAN, S. (2017, September 3). North Korea nuclear test raises challenges for Trump. Financial Times. Disponível em <https://www.ft.com>
- SIMON, S. (2018). Iran and President Trump: What Is the Endgame? Obtido de Survival: DOI 10.1080/00396338.2018.1494975
- SMITH, D. (2019). The US Withdrawal from the Iran Deal: One Year on Retrieved September 30, 2019, from Stockholm International Peace Research Institute: <https://www.sipri.org/commentary/expert-comment/2019/us-withdrawal-iran-deal-one-year>
- SWAINE, J., & BENNETTS, M. (2018). Mueller charges 13 Russians with interfering in US election to help Trump. Disponível em The Guardian: <https://www.theguardian.com/us-news/2018/feb/16/robert-mueller-russians-charged-election>
- TAYLOR, A. (2019). Trump met Putin Helsinki more than days later will we ever find out what they said. Disponível em The Washington Post: <https://www.washingtonpost.com/world/2019/03/05/trump-met-putin-helsinki-more-than-days-later-will-we-ever-find-out-what-they-said/>
- The White House. (2018, May 8). President Donald J. Trump is Ending United States Participation in an Unacceptable Iran Deal. Retrieved December 2019, Disponível em <https://www.whitehouse.gov/briefingsstatements/president-donald-j-trump-ending-united-states-participation-unacceptable-iran-deal/>
- The White House, 'President Donald J. Trump's New Strategy on Iran', 13 October 2017, <https://www.white-house.gov/briefings-statements/president-donald-j-trumps-new>
- TRUMP, D. J. (2016, June 28). Remarks on trade. Time. Disponível em <http://time.com/4386335/donald-trump-trade-speech-transcript>
- TRUMP, D. (2017). 'Remarks by President Trump to the 72nd Session of the United Nations General Assembly', 19 September 2017, <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-72nd-session-united-nations-general-assembly/>
- UN (2017) Doc. S/2017/1060

- UNFCCC.2016:
http://unfccc.int/paris_agreement/items/9444.php<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2014/11/11/us-china-joint-announcement-climate-change>
- URPELAINEN, J., & VAN DE GRAAF, T. (2018). United States non-cooperation and the Paris agreement. *Climate Policy*, 18(7), 839–851.
<https://doi.org/10.1080/14693062.2017.1406843>
- VAN HAM, P. (n.d.-a). Trump's Impact on European Security Policy Options in a Post-Western World Clingendael Report. www.clingendael.org
- WALT, Stephen M. (2019). America isn't as powerful as it thinks it is, *Foreign Policy*, April 26.
- WRI (2017). CAIT climate data explorer. Washington, DC: World Resources Institute.
- ZHANG, Y. (2018). The US–China Trade War: A Political and Economic Analysis. *Indian Journal of Asian Affairs*